



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO – CE**  
**DEPARTAMENTO DE HABILITAÇÕES PEDAGÓGICAS – DHP**

**EDGERSON DOS SANTOS PEREIRA**  
**PATRÍCIA DUDA DO NASCIMENTO**

**A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NOS LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO  
FUNDAMENTAL (SÉRIES INICIAIS)**

**JOÃO PESSOA – PB**  
**2014**

**EDGERSON DOS SANTOS PERIRA**  
**PATRÍCIA DUDA DO NASCIMENTO**

**A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NOS LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO  
FUNDAMENTAL (SÉRIES INICIAIS)**

Trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentado ao curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba/UFPB, como requisito de obtenção de grau de graduação em pedagogia, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Paula Romão de S. Ferreira.

**JOÃO PESSOA – PB**

**2014**

P436r Pereira, Edgerson dos Santos.

A representação do negro nos livros didáticos do ensino fundamental (séries iniciais) / Edgerson dos Santos Pereira, Patrícia Duda do Nascimento. – João Pessoa: UFPB, 2014.

70f. ; il.

Orientador: Ana Paula Romão de S. Ferreira

Monografia (graduação em Pedagogia) – UFPB/CE

1. Livro didático. 2. Lei 10.639/03. 3. Representações. I.  
Nascimento, Patrícia Duda do. II. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 002+373.3 (043.2)

**EDGERSON DOS SANTOS PEREIRA**

**PATRÍCIA DUDA DO NASCIMENTO**

**A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NOS LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO  
FUNDAMENTAL (SÉRIES INICIAIS)**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Ms. Rosilene Silva Santos da Costa**

**Profa. Examinadora Externa**

---

**Profa. Dra. Sandra Alves da Silva Santiago**

**Profa. Examinadora da Disciplina de Estágio V**

---

**Profa. Dra. Ana Paula Romão de S. Ferreira**

**Profa. Orientadora**

**JOÃO PESSOA – PB**

**2014**

Dedicamos nossa vitória a Deus, a quem também devotamos toda nossa vida. Dedicamos, ainda, esta monografia a nossa família pela fé e confiança demonstrada. Aos nossos amigos pelo apoio incondicional. Aos professores pelo simples fato de estarem dispostos a ensinar. A orientadora pela paciência demonstrada no decorrer do trabalho. Enfim a todos que, de alguma forma, tornaram este caminho mais fácil de ser percorrido.

## **AGRADECIMENTO**

À Deus pela força a mim concedida, não permitindo que desanimasse diante as dificuldades.

À minha amada mãe, Veneranda dos Santos, pelo exemplo de caminhada.

Ao meu amado pai, João Paulo (In Memoriam), pelo exemplo de trabalhador e luta.

À minha querida esposa, Lusineide Vianna, pela companhia em todos os momentos.

Aos meus filhos José Nielson e Gabriel Vianna pela amizade fiel e por ter compartilhado todas as ocasiões e compreendido a ausência do pai em alguns momentos. Não tenho palavras para agradecer por tudo. Obrigado!

Ao meu irmão Edvaldo dos Santos pelo apoio incontestável.

À minha família pela compreensão na realização deste sonho.

A todos os meus superiores e subordinados pela compreensão do objetivo de alcançar esta meta.

Às minhas amigas, Patrícia Duda, Julyanna de Oliveira e Patrícia Paloma, pelo nível de amizade e pela confiança em mim depositado.

Ao meu sobrinho Jurandir Neto, pelo apoio ao meu trabalho de conclusão.

Aos meus sobrinhos Camila Vianna, Anderson Patrick, Jessica Vianna, Isabela Vianna, André Victor, Edvaldo Junior e Maria Luisa.

A professora Ana Paula Romão pela paciência na orientação, pela partilha de saberes, por ser exemplo de amor a profissão docente e incentivo que tornaram possível a execução e conclusão desta monografia.

Edgerson dos Santos Pereira

## **AGRADECIMENTO**

Primeiramente a Deus, que nunca me abandonou mesmo nos momentos mais difíceis, sendo meu amparo e refúgio.

Aos meus pais, que com inteligência e sabedoria me ensinaram a viver sempre prezando pela dignidade e integridade humana e responsável por tudo que sou hoje.

Às minhas irmãs Kallianne e Klessianne, o meu irmão Jailson por estar sempre presente na minha vida e não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida. Agradeço por todo amor e amizade proporcionado por vocês. Amo vocês!

Ao meu marido, que amo muito e que acompanhou em toda a minha trajetória acadêmica, me fortalecendo nos momentos difíceis e me fazendo compreender as pessoas e os seus momentos. Que me apoiou nos momentos de ausência e pelas palavras de encorajamento a mim dedicadas. Agradeço por todo esse tempo que estamos juntos, pela paciência a mim destinada e pelo seu companheirismo.

À minha querida irmã do coração que amo muito Diana Nascimento, por ter ajudado no desenvolvimento da minha monografia. Agradeço pelos seus conselhos, por diversos momentos em conversas que me dignificaram, divertiram e contribuíram para o meu crescimento pessoal. Agradeço pela paciência e amizade a mim disponibilizada.

Aos meus queridos amigos, Edgerson dos Santos, Patrícia Paloma e Julyanna de Oliveira que, de alguma forma colaboraram com incentivo, apoio, e companheirismo, constantes na elaboração deste trabalho e ao longo do Curso de Pedagogia, onde vivemos momentos de alegrias e algumas discussões que só fortaleceram nossa amizade.

À toda minha família que, com muito carinho e apoio, me ajudou no possível para a conquista dos objetivos.

A professora Ana Paula Romão pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a execução e conclusão desta monografia.

Patrícia Duda do Nascimento

O racismo é uma ideologia. A ideologia só pode ser reproduzida se as próprias vítimas aceitam, a introjetam, naturalizam essa ideologia. Além das próprias vítimas, outros cidadãos também, que discriminam e acham que são superiores aos outros, que têm direito de ocupar os melhores lugares na sociedade. Se não reunir essas duas condições, o racismo não pode ser reproduzido como ideologia, mas toda educação que nós recebemos é para poder reproduzi-la.

*(Kabengele Munanga)*



## **LISTA DE IMAGENS**

<b>Figura 1 – Estereótipo do negro como subalterno.....</b>	<b>23</b>
<b>Figura 2 – Estereótipo da mulher negra, como serviçal.....</b>	<b>23</b>
<b>Figura 3 - Criança caricatura.....</b>	<b>51</b>
<b>Figura 4 – Mulher caricaturada.....</b>	<b>51</b>
<b>Figura 5 - Semelhança física igual a do branco.....</b>	<b>52</b>
<b>Figura 6 – Minoria de alunos negros.....</b>	<b>52</b>

## **LISTA DE QUADROS**

<b>Quadro 1 – Estrutura Física da Escola.....</b>	<b>38</b>
<b>Quadro 2 – Número de matrícula dos alunos por turmas.....</b>	<b>39</b>
<b>Quadro 3 – Serviços oferecidos pela escola e qualificação do Profissional.....</b>	<b>39</b>
<b>Quadro 4 – Moradia.....</b>	<b>40</b>
<b>Quadro 5 – Questionário com as professoras da escola Índio Piragibe.....</b>	<b>46</b>

## **ANEXO**

<b>Quadro 1 – Lei 10.639 de 2003</b>
<b>Quadro 2 – Diretrizes Curriculares de 2004</b>
<b>Quadro 3 – LDBN (9.394/96)</b>

## **RESUMO**

Este estudo tem como objetivo analisar a representação do negro nos livros didáticos. Nossa inquietação surgiu da necessidade de investigar imagens, conceitos e atividades didáticas em livros das séries iniciais do ensino fundamental, bem como a sua representação sua relação com a cultura brasileira. Procuramos explicitar a importância da implementação da Lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e cultura Africana e Afrobrasileira, nos estabelecimentos da rede pública e privada de ensino. A metodologia foi do tipo qualitativo, com análise do conteúdo dos livros analisados e intervenção/pesquisa de campo, junto aos docentes da Escola Municipal do Ensino Fundamental Índio Piragibe, localizada no bairro de Mangabeira, nesta capital. Para tanto, constatou-se que os livros didáticos adaptados trazem representações contraditórias. Em sua maior parte, o negro é representado como excluído condicionado a esta situação, corroborando com a autorejeição e a baixa autoestima. Entendemos, ainda que é necessário na formação de professores/as, o aprofundamento da educação etnicorracial e novas práticas educativas interdisciplinares de combate ao racismo.

Palavras-chave: livro didático, Lei 10.639/03, representações.

## **ABSTRACT**

This study aims to analyze the representation of black people in textbooks. Our unease arose from the need to investigate images, concepts and teaching activities in the books early grades of elementary school, and as such, will represent African culture, and its relationship with Brazilian culture. We seek to explain the importance of implementing the Law 10.639/2003 establishing the compulsory teaching of History and African and Afro-Brazilian culture in establishments of public and private schools. The methodology was a qualitative approach to analyze the content of the analyzed books and intervention / search field next to the Municipal School teachers of elementary school Índio Piragibe, located in the Mangabeira neighborhood in this city. For both, it was found that the adapted textbooks bring contradictory representations. For the most part, the black people is represented as excluded conditioning this situation, corroborating the *autorejeição* and low self-esteem. We understand also that it is necessary in teacher training / the deepening *etnicorracial* interdisciplinary education and new educational practices to combat racism.

**Keywords:** Textbook, Law 10.639/03, representations.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2. O RACISMO E A LEGISLAÇÃO ATUAL SOBRE AS RELAÇÕES ETNICORRACIAIS.....</b>	<b>17</b>
2.1 A Lei 10.639/03 (contexto sócio histórico e à legislação).....	21
2.2 A representação do negro nos livros didáticos do ensino fundamental (Séries Iniciais).....	22
<b>3. O ENSINO FUNDAMENTAL (SÉRIES INICIAIS).....</b>	<b>29</b>
3.1 Práticas educativas voltadas para o combate ao racismo.....	31
3.2 A importância da escola no combate ao racismo.....	35
<b>4. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA.....</b>	<b>37</b>
4.1 Aspectos físicos da escola.....	38
4.2 Aspectos administrativos e funcionais da escola.....	38
4.4 População atendida.....	39
4.3 Aspectos pedagógicos da escola.....	40
<b>5. METODOLOGIA.....</b>	<b>42</b>
5.1 Levantamento Bibliográfico.....	42
5.2 Levantamento Documental.....	42
5.3 Pesquisa de Campo.....	43
5.4 Sistematização do Questionário Aplicado com Professores/as.....	46
5.5 Análise de Livro Didáticos.....	50
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>53</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	
<b>APÊNDICES</b>	
<b>ANEXOS</b>	

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se justifica pela necessidade de realizar pesquisas e intervenções pedagógicas no campo da educação etnicorracial no Ensino Fundamental como parte do desenvolvimento integral das crianças em seus aspectos psicológico, intelectual e social. Esta temática etnicorracial contribui para estudo, discussão e reelaboração sobre o processo de construção da formação cultural brasileira, no contexto da educação contemporânea voltada para a não discriminação e, principalmente, para a valorização das diversidades culturais e históricas que marcaram a formação do povo brasileiro.

Escolhemos também esse tema a partir da participação como voluntários ou bolsistas do Programa de Pesquisa PROLICEN/CE na Universidade Federal da Paraíba – UFPB, desenvolvidas junto ao Grupo de Pesquisa AFROEDUCAÇÃO, realizado no Centro de Educação da UFPB. A abordagem do tema tem como princípio básico as Leis Federais 10.693/2003 e 11.645/2008, que garantem a inclusão da história e da cultura negra na escola, principalmente da história e memória da afrobrasileira. A partir disso, vimos a necessidade de se pesquisar mais nos livros didáticos como está sendo a representação do negro na história do Brasil e nos livros didáticos, uma vez que ao longo da história do Brasil, os negros têm sido, juntamente com os índios, os mais discriminados. Observamos que a nossa sociedade hoje encontra obstáculos para reconhecer a história da população negra, pois o racismo permanece enraizado nas concepções de mundo da população excludente. Portanto, é importante desconstruir a representação negativa e a ideologia do branqueamento para que possamos de um passo para a reconstrução da autoestima do aluno negro, ao ver sua cultura sendo valorizada e respeitada na sociedade.

A problemática que norteia esta nova investigação gira em torno de que há constatações iniciais de que a pessoa negra ainda é pouca representada no campo ilustrativo, imagético, discursivo e didático.

Esse trabalho tem como objetivo investigar a representação social do negro no livro didático, a importância do livro didático como veículo de expansão do estereótipo, a contribuição de novas práticas pedagógicas da Educação Etnicorracial a partir da Lei Federal 10.639/2003, mostrar as lutas de libertações que vem combatendo o racismo e valorizando a cultura Afrobrasileira no contexto educativo e analisar as práticas educativas culturais presentes na formação da identidade etnicorracial de estudantes negros.

As escolas foram criadas inicialmente para servir a elite, e até hoje, apesar de serem destinadas a todos os brasileiros, ainda reproduzem a realidade de desigualdade e discriminação existente na coletividade, deixando de contemplar vários segmentos minoritários que são excluídos de nossa sociedade e, o pior, dificultando e causando danos ao desenvolvimento psicológico e social dos alunos discriminados.

Neste contexto, esta abordagem de temas etnicorraciais promove a articulação de ações interdisciplinares entre distintas áreas do conhecimento: ensino de História, geografia, artes, linguagem e literatura da África e dos afros brasileiros. Concebida como uma resposta concreta às determinações da Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96), busca construir discursos e ações pedagógicas enquanto mecanismos para uma educação multicultural e de combate à exclusão social.

Pode-se observar ao longo da história o estereótipo que o livro didático faz do negro, onde sua imagem aparece marginalizada, como escravo, como empregado, como miserável, ou seja, exercendo uma função inferior ao branco. Vale ressaltar que a cultura africana é muito presente no Brasil, na qual percebemos a influência nos costumes do país como: na dança, nas comidas, na arte, na música, na religião entre outros. Por isso o Brasil é um país multicultural e diversificado, que contém em sua cultura, uma forte influência da cultura africana. Porém, o livro didático tem ocultado essa realidade, pois o mesmo não traz a origem de nossas riquezas culturais. A referida pesquisa parte da perspectiva de mostrar que o livro didático deve oferecer e embasar temáticas reflexivas que são fundamentais para a construção da consciência negra, inclusive para o aluno, pois se compreende que ele é formador crucial no reconhecimento do negro.

A partir disso, é necessário entender como está sendo a representação social do negro nos dias atuais para que possamos diagnosticar as possíveis mudanças que venham valorizar as diversidades culturais do Brasil e diminuir a discriminação. Mas, o que é representação social? De acordo com Moscovici:

Um conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais. Elas são o equivalente, em nossa sociedade, dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais, podem também ser vista como a versão contemporânea do senso comum [...] (MOSCOVICI, 1981 apud SÁ, 1996, p. 181)

A representação social é essencial, mas ela acaba tornando o que é estranho em algo familiar. E isso provoca uma exclusão por causa da representação estigmatizada e a ideologia do recalque que foi alimentada há centenas anos em relação aos negros.

Segundo Silva:

A representação de um grupo ou indivíduo é fundamental para a construção ou desconstrução da(s) sua(s) identidade(s), autoestima e autoconceito, uma vez que o indivíduo ou grupo pode perceber-se e conceitualizar-se a partir desse “real” e internalizá-lo. (SILVA, 2011, p.31)

A representação social do negro tem que ser construída de forma positiva, sem preconceitos, estereótipos e sem julgamento, porque, só assim ele vai poder se familiarizar no processo de reconstituição de sua percepção externa.

De acordo com Silva:

Quando o negro é representado á consciência de um indivíduo, os objetos que estão na sua consciência, tais como os estereótipos e preconceitos, podem modelá-lo de tal forma, que, mesmo na sua ausência, o conceito o coloca estigmatizado em papéis e funções, estereotipado, negativamente e subordinado, e á sua visão concreta esse conceito é ativado, provocando a discriminação e a exclusão. (SILVA, 2011, p.30)

A representação, portanto, não é muitas vezes copia da realidade, é uma ação, um pensamento e uma linguagem nas suas funções primordiais de que torna o não familiar e conhecido, com isso possibilita a comunicação e obtêm o controle sobre o meio em que vive, compreender o mundo e as relações que indivíduo se estabelecem.

Moscovici afirma que:

O processo social no conjunto é um processo de familiarização pelo qual os objetos e os indivíduos vêm a ser compreendidos e distinguidos na base de modelos ou encontros anteriores. A predominância do passado sobre o presente, da resposta sobre o estímulo, da imagem sobre a realidade tem como única razão fazer com que ninguém ache nada de novo sob o sol. A familiaridade constitui ao mesmo tempo um estado das relações no grupo e uma norma de julgamento de tudo o que acontece. (MOSCOVICI, 1978, p.26)

Se a representação do outro for de forma positiva e não ressaltar a estigmatização, proporcionará uma conscientização e uma aceitação de sua imagem.



Portanto, no campo da educação, as Representações Sociais como referencial teórico metodológico, possibilitam compreender as representações de diferentes grupos sobre a função da escola, a importância atribuída aos estudos pelos variados grupos etários, as práticas pedagógicas de professores, as normas vigentes, as políticas, a gestão escolar e outros temas que envolvam a influência social nas ações, interações e comunicação no interior das escolas.

## **2. O RACISMO E A LEGISLAÇÃO ATUAL SOBRE AS RELAÇÕES ETNICORACIAIS**

A concepção do racismo desde o século XVIII aos meados do século XIX passou por várias interpretações e definições. Por muito tempo, foi caracterizado como uma doutrina ou sistema político fundado sobre o direito de uma raça de dominar outros. O que é racismo? Remete a um conjunto de teorias, crenças e práticas que estabelece uma hierarquia entre as raças, considerados como fenômenos (MUNANGA, 2005).

Por volta dos anos 1970, uma nova vertente biológica começou a mudar e a concepção de racismo graças aos progressos realizados nas ciências biológicas e ao surgimento de formas derivadas tais como racismo contra mulheres, contra jovens, contra homossexuais, contra pobres e etc., ou seja, um racismo por analogia ou metaforizarão, resultante da biologização de um conjunto de indivíduos pertencendo a uma mesma categoria social.

A sanção da Lei nº 10.639/2003 que torna obrigatório o ensino de História da África e da cultura afrobrasileira na escola pública e privada, e da Resolução CNE/CP Nº 1/2004, é um passo inicial rumo à reparação humanitária do povo negro brasileiro, pois abre caminho para a nação brasileira adotar medidas para corrigir os danos materiais, físicos e psicológicos resultantes do racismo e de formas conexas de discriminação.

No documento oficial levado a III Conferência Mundial contra o racismo, a Discriminação Racial a Xenofobia e as formas correlatas de intolerância, é reconhecida a responsabilidade histórica do estado brasileiro “pelo escravismo e pela marginalização econômico, social e política dos descendentes de africanos”, falava que:

O racismo e as práticas discriminatórias disseminadas no cotidiano brasileiro não representam simplesmente uma herança do passado. O racismo vem sendo recriado e realimentado ao longo de toda a nossa história. Seria impraticável desvincular as desigualdades observadas atualmente dos quase quatro séculos de escravismos que a geração atual herdou (BRASIL, p.20, 2001)

A questão do racismo deve ser apresentada a comunidade escolar de forma que sejam permanentemente repensados os paradigmas, em especial os eurocêntricos, com que fomos educados. Não nascemos racistas, mas nos tornamos racistas devido a um histórico processo de negação da identidade e de “coisificação” dos povos africanos.

De acordo com Munanga (2005):

A primeira atitude corajosa que devemos tomar é a confissão de que nossa sociedade, a despeito das diferenças com outras sociedades ideologicamente apontadas como as mais racistas (por exemplo, Estados Unidos e África do Sul), é também racista. Ou seja, despojarmo-nos do medo de sermos preconceituosos e racistas. Uma vez cumprida esta condição primordial, que no fundo exige uma transformação radical de nossa estrutura mental herdada do mito de democracia racial, mito segundo o qual no Brasil não existe preconceito étnico-racial [...] (MUNANGA, p.18, 2005)

A luta contra o racismo, em nosso Brasil, vem possibilitando que sejam discutidos temas significativos para a compreensão ditada desse processo, mostrando a resistência dos africanos e seus descendentes, que não se submeteram à escravidão, que se rebelaram e que conseguiram manter vivas as suas tradições culturais.

O que podemos notar é que ainda no século XXI existem vítimas do racismo, isso mostra que as práticas racistas ainda tomam conta da nossa sociedade de forma crescente. O racismo, ao invés de acabar, vem sendo alimentado com novas formas culturais. É necessário respeitar as diferenças culturais na construção de uma política multiculturalista e sua implantação no sistema educacional brasileiro e o debate nacional sobre as políticas de “ação afirmativa”.

O que significa ações afirmativas? É “um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário concebido com vistas ao combate de discriminação de raça, gêneros e etc, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado” (GOMES, 2001).

As ações afirmativas tiveram sua origem na Índia no ano de 1940, país onde o primeiro sistema de cotas foi difundido. Mas a sua massificação ocorreu nos Estados

Unidos nos anos de 1960, quando o país encontrava-se no ápice da luta dos negros pelo fim da segregação racial legal. No Brasil a política de cotas raciais foi uma reivindicação do Movimento Negro Unificado (MNU) e a Marcha Zumbi dos Palmares, em 1995, com o objetivo de modificar a realidade educacional pelo panorama racial, transformando a condição socioeconômica dos afrodescendentes.

Políticas de reparações e de reconhecimentos formaram programas de ações afirmativas, isto é, conjuntos de ações políticas dirigidas à correção de desigualdades raciais e sociais, orientadas para a oferta de tratamento diferenciado com vistas a corrigir desvantagens e marginalização criadas e mantidas por uma estrutura social excludente e discriminatória. Ações afirmativas atendem ao determinado pelo Programa Nacional de Direitos Humanos, bem como a compromissos assumidos pelo Brasil, com o objetivo de combate ao racismo e a discriminações, tais como: a Convenção da UNESCO de 1960, direcionada ao combate ao racismo em todas as formas de ensino, bem como a Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Discriminações Correlatas de 2001.

Alguns dispositivos legais vêm favorecendo o acesso à valorização da história e cultura dos afrobrasileiros e a diversidade da nação brasileira. Por exemplo, a Lei 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, foi alterada pela Lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afrobrasileira e africana no ensino público e privado. Desta forma, busca cumprir o estabelecido na Constituição Federal nos seus Art. 5º, I, Art. 210, Art.206, I, §1º do Art. 242, Art. 215 e Art. 216, bem como nos Art. 26, 26-a e 79-b, na Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros.

Também ao disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.096, de 13 de junho de 1990), bem como no Plano Nacional de Educação (Lei 10.172, de 09 de janeiro de 2001).

Um bom exemplo é o ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) – *Igualdade Racial É Pra Valer* (lei 12.288/10), que expressa legítimas demandas da população negra, que irá

completar 04 (quatro) anos de sua sanção e se constitui num importante instrumento para que as desigualdades raciais sejam reconhecidas e abordadas em diferentes níveis de governo. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Conforme o quadro 1 em anexo.

Outra reivindicação do Movimento Negro, que foi implantada em 17 de junho de 2004, foi as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnorraciais, que auxilia no fortalecimento dos ideais do movimento e na valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e dos africanos. Conforme o quadro 2 em anexo.

Todos estes dispositivos legais, bem como reivindicações e propostas do Movimento Negro ao longo do século XX, apontam para a necessidade de diretrizes que regem a formulação de projetos empenhados na valorização da história e cultura dos afrobrasileiros e dos africanos assim como comprometidas com a de educação de relações etnicorraciais positivas, a que tais conteúdos devem conduzir.

Segundo Munanga (2005):

O grande desafio da educação como estratégia na luta contra o racismo, pois não basta a lógica da razão científica que diz que biologicamente não existem raças superior e inferior, como não basta a moral cristã que diz que perante Deus somos todos iguais, para que as cabeças de nossos alunos possam automaticamente deixar de ser preconceituosas. Como educadores, devemos saber que apesar da lógica da razão ser importante nos processos formativos e informativos, ela não modifica por si o imaginário e as representações coletivas negativas que se tem do negro e do índio na nossa sociedade. (MUNANGA, p.19, 2005)

As implicações para a educação das relações etnicorraciais são muito mais complexas e tensas do que se possa imaginar, ou seja, exigir dos docentes a aplicação das novas diretrizes que incluem nos currículos, História da África e das relações etnicorraciais em educação, significa mobilizar subjetividades, desconstruir noções e concepções apreendidas durante os anos de formação inicial e enfrentar preconceitos sociais muito além dos muros escolares.

## **2.1 A Lei 10.639/03 (Contexto Sócio Histórico e à Legislação)**

Desde as décadas de 60/70, é fato como a luta dos negros americanos pelos direitos civis, as guerras de libertação dos países africanos colonizados e o fechamento político da sociedade brasileira, imposta pela ditadura militar, a partir do golpe de 1964, espalharam a militância negra organizada pelos movimentos sociais de resistência e luta contra a ditadura. Nas brechas políticas que surgiam, eram formadas organizações culturais como: Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Sinba), no Rio de Janeiro, o Movimento Negro Unificado (MNU), que se consolida como entidade negra nacional e sua primeira luta foi contra o mito da democracia racial em pleno regime militar, onde a elite brasileira passava o ideal de que o negro, índio e branco se misturavam amigavelmente, de que todos eram tratados como iguais independentes da cor da pele.

Após três décadas de reivindicações pela MNU, houve avanços significativos na luta contra o racismo e a discriminação da população negra no Brasil. Hoje se questiona a ideia de democracia social entre os brasileiros. Com a promulgação da Constituição de 1988, considerada por muitos uma constituição cidadã, houve uma tentativa de valorização dos diversos povos e culturas coexistentes no Brasil, por exemplo: o 5º artigo, parágrafo XLII, prevê que casos de discriminação racial serão tratados como crimes imprescritíveis e inafiançáveis. Portanto, reconhecendo a existência do racismo no Brasil, que é necessário combatê-lo, e trabalhar para amenizar as consequências da submissão e da marginalização do negro brasileiro.

Os movimentos sociais negros defendiam a introduzir no currículo escolar a disciplina “História Geral da África e do Negro no Brasil”. Em 09 de janeiro de 2003 entrou em vigor a Lei Federal 10.639 que alterou os artigos 26-a e 79-b, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96, determinando a obrigatoriedade de estudos relacionados às temáticas acima, passando a vigorar com as seguintes modificações:

Art. 26-A Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira.

§1º O conteúdo programático a que se refere a caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra” (BRASIL, 2003.n.p).

A partir desta Lei, tornou-se obrigatório no currículo escolar da educação básica o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição dos povos negros nas áreas sociais, econômicas e políticas.

Dentre as medidas, a promulgação da Lei 10.639/03, abriu um espaço para discutir a diferença do outro na instituição escolar, ao estabelecer a discussão sobre aspectos da cultura africana e do negro no Brasil no espaço escolar.

Essa lei levantou muitas polêmicas na sociedade brasileira, especialmente entre professores que não sabem como trabalhar e nem quais conteúdos ensinar para efetivação da mesma na sala de aula. Mas, para efetivá-la é necessário que os professores, a escola, todas as disciplinas, em todo o ano letivo, trabalhe com a história da cultura Afrobrasileira e Africana e não apenas como um projeto, em datas comemorativas. Só assim será possível recuperar o orgulho de ser negro, através de uma pedagogia de autoestima. Ao trabalhar com a temática, o professor tem que fazer abordagens positivas, não mostrando somente o sofrimento dos negros, mas principalmente salientando as lutas de resistências empreendidas por eles.

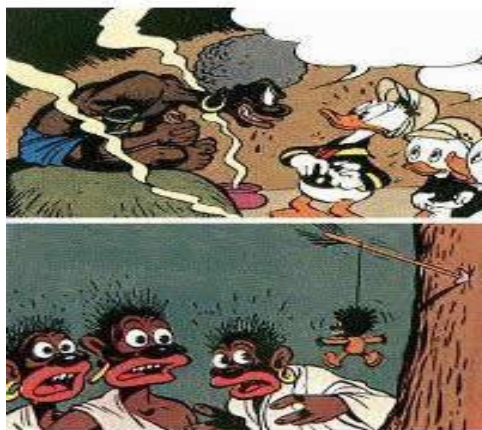
Cumprir a lei é, pois, responsabilidade de todos e não apenas do professor em sala de aula. Exige-se, assim, um comprometimento solidário dos vários elos do sistema de ensino brasileiro, tendo-se como ponto de partida o presente parecer que, junto com outras diretrizes e pareceres e resoluções, têm o papel articulador e coordenador da organização da educação nacional.

## **2.2 A Representação do Negro nos Livros Didáticos do Ensino Fundamental (Séries Iniciais)**

Ao longo dos anos os livros didáticos vêm representando os negros de forma estereotipada, com caricaturas e, na maioria das vezes, sem nome próprio, semelhantes às características de animais como macaco ou porco, sem contexto familiar, em funções

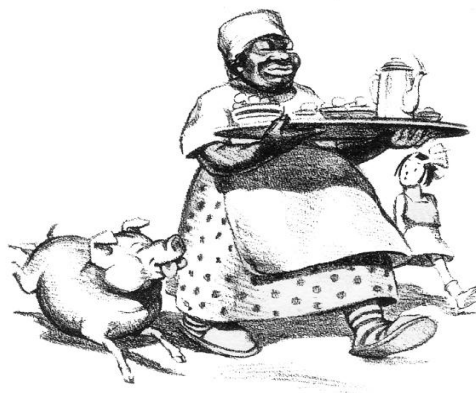
subalternas, como minoria na sociedade, entre outros. O que podemos observar nas figuras abaixo:

**Fig. 1- Estereótipo do negro caricaturado.**



**Fonte:** [www.geledes.org.br](http://www.geledes.org.br)

**Fig. 2- Estereótipo da mulher Negra, como serviçal.**



**Fonte:** [www.hqmaniacs.uol.com.br](http://www.hqmaniacs.uol.com.br)

Não podemos esquecer que os livros didáticos são os principais meios de leitura das crianças tanto na escola como em casa, então o que está contido no livro vai ser entendido com uma representação do real a ser seguido.

Os estereótipos que foram criados ao longo do tempo na representação do negro podem ser refletidos no espaço escolar pela falta de companheirismo dos alunos brancos com os negros, de solidariedade, e com os apelidos maldosos de duplo sentido e pejorativo, alimentando a discriminação e os estereótipos entre as crianças.

Diante desses fatos e vários outros tipos de discriminações que os negros vinham passando na sociedade, surgiram movimentos negros que vieram para mudar essa visão ultrapassada e preconceituosa sobre a população negra, lutando para que a diferença entre os direitos da pessoa branca e os direitos da pessoa negra, seja definitivamente acabada. Isso porque todos nós somos iguais, somos capazes de fazemos as mesmas coisas independente da miscigenação.

Além da importância, bem como o caráter de verdade que lhe é conferido, o livro didático pode ser um veículo de expansão de estereótipos não percebidos pelo professor.

Por volta do século XIX alguns teóricos falavam da ideia de superioridade e inferioridade das raças humanas, conhecida como a teoria do branqueamento, que aconteceu com a imigração europeia (brancos), que submetendo os negros às condições de vida subumanas, sem emprego, sem moradia, sem comida, etc.

O livro didático, de um modo geral, omite o cotidiano, as experiências e o processo histórico-cultural de diversos segmentos sociais. Em relação à população negra, sua presença nos livros é marcada pelo estereótipo e caricatura, as crianças são ilustradas e descritas através de estereótipos inferiorizantes e excluída do processo de comunicação.

Segundo Silva (1989):

Ao veicular estereótipo que expandindo a ideologia do branqueamento, que se alimenta das ideologias das teorias e estereótipos de inferioridade/superioridade raciais, que se conjugam com a não legitimação pelo Estado, dos processos civilizatórios indígenas e africanos, entre outros, constituintes da identidade cultural da nação. (SILVA, 1989, p. 57).

A presença dos estereótipos nos materiais pedagógicos e especificamente nos livros didáticos pode promover a exclusão, a cristalização do outro em funções e papéis estigmatizados pela sociedade, a autorejeição e a baixa autoestima, que dificultam a organização política do grupo estigmatizado.

A criança que internaliza essa representação negativa tende a não gostar de si própria e dos outros que se assemelham.

Como afirma Munanga (2005):

Conteúdo preconceituoso dos livros e materiais didáticos e às relações preconceituosas entre alunos de diferentes ascendências étnico-raciais, sociais e outras, desestimulam o aluno negro e prejudicam seu aprendizado. O que explica o coeficiente de repetência e evasão escolar altamente elevado do aluno negro, comparativamente ao alunado branco. (MUNANGA, p.16, 2005)

A invisibilidade e a reduzida representação do negro no livro didático, constroem a ilusão da não existência e da condição de minoria do segmento negro, mesmo nas regiões onde ele constitui maioria.

A presença dos negros nos livros, como escravo, sem referência ao seu passado de homem livre antes da escravidão e às lutas de libertação que desenvolveram no período da escravidão e desenvolvem hoje por direitos de cidadania, pode ser corrigida se o professor contar a história de Zumbi dos Palmares, dos quilombos, das revoltas e insurreições ocorridas durante a escravidão; contar algo do que foi a organização social, político, economia e cultural na África pré-colonial; e também sobre a luta das organizações negras, hoje, no Brasil e nas Américas.



A presença do Movimento Negro recontando a história do negro na África e no Brasil, desde a formação de grupos organizados há séculos, reivindicando educação para os negros por meio de manifestos no teatro, música e ação sistemática junto aos órgãos de ensino, não pode ser esquecido.

Aproximação das escolas com o Movimento Negro, que já possui uma larga experiência nesse trabalho de reconstrução e reposição do processo histórico-cultural dos afrodescendentes na educação, possibilitou a inserção, nos currículos de muitas escolas brasileiras, da tradição cultural e histórica desse povo.

O movimento Negro torna evidente o seu esforço para instituir uma educação que contemple o processo civilizatório e desenvolver a identidade e a autoestima negra.

Na década de 30, diversas entidades negras decorrentes da Frente Negra constituíram-se na sociedade brasileira, tais como o Movimento Brasileiro contra o Preconceito Racial, no Rio de Janeiro, em 1935; a Associação dos Brasileira de Cor, em Santos, São Paulo, em 1938, a União Nacional dos Homens de Cor, entidade de nível nacional (NASCIMENTO, 1982). Em 1941 foi fundada a “Associação José do Patrocínio”, em São Paulo, que tratou dos Problemas dos empregados domésticos, denunciando e protestando contra a rejeição dos candidatos negros na admissão ao emprego. Essa entidade atuou até o fim da década de 50 (NASCIMENTO, 1982).

A frente Negra Baiana, fundada na Bahia, foi importante em ajuda a desmontar o mito da igualdade racial presente na época.

O Teatro Experimental do Negro (TEN) na década de 40, no Rio de Janeiro, manifesta uma nova fase da luta negra, com posição e propósitos de reabilitação e valorização de herança cultural e da identidade negra, utilizando a arte como veículo de denuncia, reivindicação e mobilização política.

O Ilê Aiyê (bloco) foi criado em 1 (um) de novembro de 1974, o primeiro bloco Afro fundado no Brasil, seus idealizadores sentiram a necessidade de criar um espaço onde os jovens negros pudessem se divertir sem sofrer restrições de nenhuma forma, onde aproveitava para manifestar seus sentimentos no Canto nagô da seguinte forma:

Durante este tempo demo o nosso grito de liberdade (...) A liberdade de podermos ser negros, de dança a nossa dança, de cantar o nosso canto. Canto esse conta a nossa história e nossa libertação. E esse verdadeiro canto ecoou no Curuzu: um canto de fé por um mundo melhor. O brilho da avenida não afusca o brilho desta raça de origem nagô (Ilê Aiyê, 1988).

O Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), surgiu depois que representantes de várias entidades se reuniram em resposta à discriminação racial sofrida por quatro garotos do time infantil de voleibol do Clube de Regatas Tietê, e também com a prisão e morte de Robison Silveira da Luz, acusado de roubar frutas numa feira. Para o presidente da Fundação Cultural Palmares, Eloi Ferreira de Araujo, esses fatos foram um marco para a esperança de negros e negras brasileiras na luta contra o racismo e o preconceito. “O Movimento Negro Unificado sempre deu uma grande contribuição na busca igualdade de oportunidades entre negros e não negros”, afirma. “Muitas das organizações de combate à discriminação racial no Brasil inspiraram-se neste movimento, o qual ainda é hoje uma referência de força e resistência para a população negra”.

Em 1989, foi criado o Grupo de Trabalho de Educação do MNU-Ba que tinha a objetivo de introduzir nos currículos das escolas de Ensino Fundamental e Médio, a cultura negra, a partir da música, da dança, do trançado dos cabelos e da indumentária produzidos pelo bloco Afro Ilê e a história dos africanos na África e dos seus descendentes no Brasil.

Outro grupo foi fundado em 13 de maio de 1997, o Grupo de Trabalho Interministerial, que tinha como seus objetivos mediar junto ao MEC as ações do movimento negro na valorização da População Negra, que resultou no manual de orientações para Tema Transversais de Pluralidade Cultural e Educação, publicado pelo MEC em 1999, para o Ensino Fundamental, intitulado *combatendo o racismo na escola*, organizado pelo professor da USP Kabengele Munanga e publicado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC). A escola se constitui em um instrumento reprodutor de preconceitos e práticas racistas nem sempre explícitas, que se caracterizam, principalmente, pelo silenciamento no trato das questões étnico – culturais, tendo como suporte o livro didático indicado às séries de alunos que se encontram na idade de formação de valores e por isso conteúdos assimilados deverão moldar as suas personalidades construindo suas identidades e reforçando padrões de comportamento. É indispensável que os currículos e os livros escolares estejam isentos de qualquer conteúdo racista ou de intolerância.

O Movimento Negro na atualidade diversificou as suas formas de atuação e linhas de ação. Concentra sua ação junto às instituições políticas e sindicais, tais como, partidos políticos, sindicato e centrais sindicais, que esforçam para eleger candidatos e colocar seus quadros atuando nas diversas instancias dessas instituições.

Temos que reparar essa injustiça experienciada pelo povo Africano e Afro-brasileiro começando com uma educação que estimule a identidade do aluno negro e autoestima, superando as desigualdades impostas, um currículo onde possa trabalhar temas transversais de pluralidade cultural, formações para professores para prover e combater o racismo e auxiliar na autoestima do seu aluno, com materiais e práticas pedagógicas voltada para valorização do aluno negro.

Algumas expressões culturais podem ser trabalhadas nas escolas, como a capoeira, que representa a cultura africana, onde mostra a diferenças raciais no jogo dos corpos que se tocam na grande roda dos capoeiristas, ao som do ritmo dos berimbaus e das vozes que entoam cantigas do repertório popular.

A importância do tema transversal Pluralidade Cultural, que faz parte dos Parâmetros Curriculares Nacionais, já citado no Texto, precisa recomendar além do respeito às diferenças, o seu real conhecimento e interação, pois, são através dessas mudanças que vão transformar a representação social do negro no livro de didático, no que diz respeito a sua presença nas ilustrações e podendo se identificar com os modelos referenciais do negro.

Segundo Silva (2011):

É uma grande passo para a construção/reconstrução da identidade etnicorracial e social da criança negra, bem como para o respeito, reconhecimento e interação com as outras raças/étnicas, ver-se representado com sua pele negra, sem estereótipos inferiorizantes a ela atribuídos, em interação, sem hierarquias, com as demais raças/etnias e usufruindo dos direitos de cidadania. (SILVA, 2011, p.98)

É necessário que a representação humana da pessoa negra nos livros didáticos seja igual às das pessoas brancas, para uma construção de sua autoestima e identidade etnicorracial, orgulhando-se de forma positiva dos seus descendentes, pois, os livros são

o meio mais próximo da criança busca informações e podendo se identificar ou não com os conteúdos.

Hoje com as lutas dos movimentos negros vêm acontecendo algumas mudanças na representação do negro no livro didático, conforme pesquisa feita pela professora Dra. Ana Célia da Silva, Titular em exercício na Graduação e no Mestrado em Educação e Contemporaneidade do Departamento de Educação do Campus I da UNEB e também é Membro Titular do Conselho Estadual de Cultura da Bahia. Na década de 90, ela mesma analisou quinze livros de Língua Portuguesa de Ensino Fundamental, buscando identificar a representação do negro em textos e ilustrações. Ela observou que as representações do negro havia mudando algumas coisas de acordo com outra pesquisa feita por ela em 2011:

Os personagens representados negros foram ilustrados sem aspecto caricatural na maioria das vezes. Possuem nomes próprios, contexto familiar, não estão associados à representação estereotipada de animais, tais como o porco e o macaco. O status de classe média foi considerado com parâmetro de classe social para a maioria dos personagens negros descritos e ilustrados. Os papéis e funções considerados subalternos, nos quais os personagens negros estavam estigmatizados, cederam lugar a uma diversificação dos papéis e funções. Papéis considerados subalternos começam a ser representados também por personagens brancos (SILVA, 2011, p.33).

Embora mudanças tenham ocorrido através das lutas dos movimentos negros, ainda permanecem nos livros didáticos uma discriminação em relação à quantidade de ilustração com crianças negras, como minoria, e crianças brancas como maioria. Com base na análise feita por Silva em seu livro *“A representação social do negro no livro didático: o que mudou? Por que mudou?”*.

De acordo com Silva:

O negro, como minoria, é uma representação que persiste no livro didático, embora apresente uma forma diferenciada, uma vez que na maioria parte das ilustrações o personagem negro apareceu só ou formando dupla com um personagem branco. Dessa forma, ele não é minoria parte das ilustrações, porém é minoria na frequência total das representações dos livros analisados. (SILVA, 2011, p.34)

O que podemos analisar dessa afirmação? Como é possível, depois de tantas lutas de combate ao racismo e de Leis que valorizam as diferenças etnicorraciais, que o

negro não seja respeitado, não seja colocado de forma igual, aos demais? Não podemos alimentar essas discriminações feitas por pessoas (que foram escolhidas para fazer materiais para as escolas do nosso Brasil), esclarecidas das Leis, que de forma consciente ainda contribuem com o racismo e o preconceito nos livros didáticos.

### **3. O ENSINO FUNDAMENTAL (SÉRIES INICIAIS)**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes da educação nacional com a obrigatoriedade do ensino gratuito na escola pública, o desenvolvimento da capacidade de aprender, o desenvolvimento da formação de atitudes e valores e entre outros, com isso, disponibilizando um acesso a todos a educação, conforme o quadro 3 em anexo.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, mais conhecidos como PCN's, é uma coleção de documentos que compõem a grade curricular de uma instituição educativa e tem o objetivo de auxiliá-la na execução de seu trabalho, compartilhando seu esforço diário de fazer com que as crianças dominem os conhecimentos de que necessitam para crescerem como cidadãos plenamente reconhecidos e conscientes de seu papel em nossa sociedade. Foram elaborados para difundir os princípios da reforma curricular e orientar os professores na busca de novas abordagens e metodologias. Esse material traça um novo perfil para o currículo, orienta os professores quanto ao significado do conhecimento escolar, e serve como ponto de partida para o trabalho docente, norteando as atividades realizadas na sala de aula.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais, optou-se por um tratamento específico das áreas, em função da importância instrumental de cada uma, mas contemplou-se também a integração entre elas. Quanto às questões sociais relevantes, reafirma-se a necessidade de sua problematização e análise, incorporando-as como temas transversais. As questões sociais abordadas são: ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual e pluralidade cultural.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais indicam como objetivos do ensino fundamental que os alunos sejam capazes de:

- Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais,

adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;

- Posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflito e de tomar decisões coletivas;
- Conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao País;

Observamos, portanto que os PCN's atuam na defesa da cidadania, participação social, responsabilidade e diálogo com as identidades.

- Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais;
- Perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente;
- Desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania;

Entendemos através do PCN's, o quanto é importante trabalhar a pluralidade sociocultural do nosso País, porque só assim há a possibilidade de combater o racismo, propiciando o respeito às diferenças culturais e ao exercício a cidadania.

- Conhecer e cuidar do próprio corpo, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva;
- Utilizar as diferentes linguagens - verbal, matemática, gráfica, plástica e corporal - como meio para produzir, expressar e comunicar suas

ideias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação;

- Saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos;
- Questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação.

Segundo as orientações dos PCN's, o currículo está sempre em construção e deve ser compreendido como um processo contínuo que influencia positivamente a prática do professor. Com base nessa prática e no processo de aprendizagem dos alunos, os currículos devem ser revistos e sempre aperfeiçoados.

### **3.1 Práticas educativas voltadas para o combate ao racismo**

A escola, enquanto instituição social responsável por assegurar o direito da educação a todo e qualquer cidadão, deverá se posicionar politicamente, contra toda e qualquer forma de discriminação. É função dos professores combater qualquer tipo de discriminação no espaço escolar. O racismo, segundo o Artigo 5º da constituição Brasileira, é crime inafiançável, isso se aplica a todos os cidadãos e instituições, inclusive, a escola.

De acordo com Munanga (2005):

Alguns professores, por falta de preparo ou por preconceito nele introjetados, não sabem lançar mão das situações flagrantes de discriminação no espaço escolar e na sala como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar seus alunos sobre a importância e a riqueza que ela traz à nossa cultura e à nossa identidade nacional. (MUNANGA, p.15, 2005)

A escola quando busca combater o racismo e as discriminações com uma metodologia voltada para educação das relações etnicorraciais, acaba fortalecendo os negros e despertando entre os brancos a consciência negra. Entre os grupos, poderão oferecer conhecimentos e segurança para orgulharem-se da sua origem africana, para os brancos, poderão permitir que identifiquem a influência, a contribuição, a participação, a importância da história e da cultura dos negros no seu jeito de ser, viver, de se relacionar com as outras pessoas, notadamente as negras. Também farão parte de um

processo de reconhecimento, por parte do Estado, da sociedade e da escola, da dívida social que têm em relação ao segmento negro da população, possibilitando uma tomada de posição explícita contra o racismo, discriminação racial e a construção de ações afirmativas nos diferentes níveis de ensino da educação brasileira.

Quando pensamos em África no Brasil, e, especialmente nas nossas salas de aula, a primeira lembrança é a escravidão e os negros que foram trazidos para o nosso país nesta terrível condição. Ora, estudamos as histórias de Portugal, França e outros países e nada sobre a África, da qual, junto com os demais países e índios, formaram a nação brasileira.

A secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação (MEC) estabeleceram algumas práticas pedagógicas para ser trabalhada em todo ano letivo da escola, exemplo de:

- ✓ Valorização da oralidade, da corporeidade e da arte, por exemplo, a dança, marcas da cultura de raiz africana, ao lado da escrita e da leitura;
- ✓ Participação de grupos do Movimento Negro e de grupos culturais negros, bem como da comunidade em que se insere a escola, sob a coordenação dos professores na elaboração de projetos políticos pedagógicos que contemplem a diversidade etnicorracial;
- ✓ Datas significativas para cada região e localidade serão devidamente assinaladas. O dia 13 de maio, Dia Nacional de Luta contra o Racismo, será tratado como o dia de denúncia das repercussões das políticas e simbólica da população afro-brasileira na pós-abolição, e de divulgação dos significados da Lei Áurea para os negros. No dia 20 de Novembro será celebrado o Dia Nacional da Consciência Negra entendendo-se consciência negra nos termos explicitados anteriormente neste parecer. Entre outras datas de significado histórico e político deverão ser assinalado o 21 de março, Dia Internacional de Luta pela Eliminação da discriminação Racial;
- ✓ O ensino de História de Cultura Afro-Brasileira far-se-á por diferentes meios, inclusive a realização de projetos de diferente natureza, no decorrer do ano letivo, com vistas à divulgação e estudo da história do Brasil, na construção econômica, social e cultural da nação, destacando-se a atuação de negros em diferentes áreas do conhecimento, de atuação profissional, de criação tecnológica e artística de luta social (tais como: Zumbi, Luiza Mahim, Aleijadinho, Padre Maurício, Cruz e Souza, João Cândido, André Rebouças, Antonieta de Barros, Beatriz Nascimento,



Milton Santos, Guerreiro Ramos, Clóvis Moura, Tereza Santos, Cuti, Alzira Rufino, entre outros).

- ✓ O ensino de cultura Afro-brasileira destacará o jeito próprio de ser, viver e pensar manifestado tanto no dia-a-dia, quanto em celebrações como congadas, moçambiques, ensaios, maracatu, rodas de samba, entre outras;
- ✓ O ensino de história e cultura Afro-brasileira e Africana, a educação das relações etnicorracias, tal como explicita o presente parecer, se desenvolverão no cotidiano das escolas, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, como conteúdo de disciplinas particularmente educação Artística, Literatura e história do Brasil, sem prejuízo das demais, em atividades curriculares, ou não, trabalhos em salas de aula, nos laboratórios de ciência e de informática, na utilização de sala de leitura, biblioteca, brinquedoteca e outros ambientes escolares.

Outros exemplos que possam ser trabalhado em sala de aula sobre o ensino de História e cultura Afrobrasileira e africana é a elaboração de plano de arte e cultura negras que se caracteriza das seguintes maneiras:

- ✓ Fazer o levantamento, a análise de obras de artistas negros ou que trabalham com a temática etnicorracial, estudando suas obras e seus biografias;
- ✓ Criar um folder sobre artistas negros e suas obras;
- ✓ Promover uma pequena exposição de trabalhos dos alunos inspirados nestes artistas;
- ✓ Pesquisar alguns dos instrumentos musicais de origem africana, planejar e selecionar materiais alternativos para a confecção deles. Fazer exposição dos instrumentos confeccionados com explicação e história de cada instrumento;
- ✓ Promover o Trabalho de pesquisa história sobre festas e danças regionais, sobretudo aquelas ligadas á cultura negra. Apresentar estas pesquisas para a comunidade;
- ✓ Pesquisar sobre a capoeira que é um excelente mote para desencadear um estudo sobre a cultura negra. Na pesquisa a respeito da capoeira podemos apreciar e valorizar os momentos em que ela se inscreve no tempo e na historia. Fazer um paralelo entre a capoeira e a resistência do povo negro é uma estratégia positiva para incorporar este tema como conteúdo do currículo escolar;
- ✓ É por último, trabalhar com mitos africanos, montando representações teatrais e peças com fantoches criados pelos alunos.

A história, a geografia, as artes e literatura africana e afro-brasileira deverão ser incluídas e valorizadas, juntamente com a participação de outros grupos sociais, étnicos e culturais, adaptadas aos ciclos e às séries do Ensino fundamental. Além disso, a escola pode se relacionar com a sociedade em que está situada, que, muitas vezes, tem uma participação negra significativa ou até mesmo majoritária.

O Ministério da Educação (MEC) disponibiliza materiais voltados para o estudo da diversidade cultural Afrobrasileira como *o kit a cor da cultura*, que é um projeto educativo de valorização da cultura afro-brasileira, fruto de uma parceria entre o Canal Futura, a Petróbras, o Cidan - Centro de Informação e Documentação do Artista Negro, a TV Globo e a Secretaria especial de políticas de promoção da igualdade racial (Seppir). O projeto teve seu início em 2004 e, desde então, tem realizado produtos audiovisuais, ações culturais e coletivas que visam práticas positivas, valorizando a história deste segmento sob um ponto de vista afirmativo.

Alguns materiais são encontrados nas escolas como: “A África na sala de aula, o negro no Brasil de hoje”, “Brasil indígena e afro-brasileiro” e a “África está em nós”.

A concretização dessas mudanças e a reorientação ações, lançando sobre elas um novo olhar, poderá ser efetivada através da inserção da questão etnicorracial no Projeto Político pedagógico da escola. Espera-se que este contenha diretrizes operacionais, articulando ações coletivas.

Tendo em vista a Lei 10.639/03, acreditamos que os agentes do Projeto Político Pedagógico podem atentar para os seguintes aspectos: envolver a comunidade escolar para participar das tomadas de decisões sobre a educação anti-racista, com isso, fortalecer o propósito de construir uma metodologia positiva de tratamento pedagógico da diversidade racial, levando em conta a dignidade do povo negro.

É uma empreitada para a comunidade escolar: direção, professores, pessoal de apoio, supervisão e grupos sociais, todos juntos lutar por uma consciência dos alunos e pais sobre as diferenças culturais.

Segundo Silva (2001):

No que se refere aos currículos escolares, chamou-se a atenção para a falta de conteúdos ligados a cultura afro-brasileira que estejam apontando para a importância desta população na construção da identidade brasileira, não apenas no registro folclórico ou de datas comemorativas, mas principalmente buscando uma revolução de mentalidade para a compreensão do respeito às diferenças. (SILVA, p.29, 1995)

Pensar o porquê da não implementação da Lei nº 10.639/03, é se deparar com uma estrutura escolar que nos enquadra em modelos por demais rígidos. É necessário que haja a interdisciplinaridade nos conteúdos e a escola se proponha a um diálogo aberto, à integração de saberes e à ruptura de barreiras.

Enfim, a escola que deseja se constituir democrática, respeitando a todos os segmentos da sociedade, pode ter como meta a aquisição de recursos adequados para tratar das questões etnicorraciais, como, por exemplo, folhetos, gravuras, videoteca com filmes que abordem a temática, brinquedoteca com bonecos (as) negros (as), jogos e livros que valorizem a cultura negra e outros materiais que contemplem a dimensão etnicorracial.

### **3.2 A importância da escola no combate ao racismo**

É preciso refletir que a sociedade brasileira é preconceituosa e discriminadora em relação à sua própria população. Em decorrência disso o modelo de educação não têm sido inclusivo. A maioria tem acesso à escola, sendo que nem todos saem devidamente escolarizados, aptos a enfrentar a vida como verdadeiros cidadãos. A instituição escolar precisa desenvolver programas que, reconhecendo as diferenças e respeitando-as, promovam a igualdade de oportunidades para todos, o que se traduz pela oferta de escola de qualidade.

Segundo Munanga (2005):

Não existem Leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das sociedades humanas. No entanto, cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados. (MUNANGA, p.17, 2005)

Os negros, ao longo da história do Brasil, têm sido, juntamente com os índios, os mais discriminados. Essa questão deve ser abordada na escola, incluída objetivamente no currículo, de tal forma que o aluno possa identificar os casos, combatê-los, buscar resolvê-los, fazendo com que todos sejam cidadãos em igualdade de condições, a respeito das diferenças e especificidades que possam existir.

Munanga afirma que:

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. (MUNANGA, p.16, 2005)

É obrigação do Estado a proteção das manifestações culturais das culturas populares, indígenas e afrobrasileiras, bem como dos demais grupos participantes de nosso processo civilizatório. Essa obrigação deve refletir-se também na educação. A educação é um direito de todos, e o Brasil de hoje, graças aos esforços realizados nos últimos anos, já está muito próximo de ter todas as suas crianças na escola. Isso é essencial para a construção de um Brasil mais justo. Mas não é suficiente. É preciso, ainda, que a educação tenha qualidade, que sirva de instrumento para abrir as mentes, não para fechá-las, que respeite e promova o respeito às diferenças culturais, que ajude a fortalecer nos corações e mentes de todos os brasileiros o ideal da igualdade de oportunidades.

A educação na sociedade contemporânea é um dos principais meios de mobilidade social, sendo assim quem tem acesso a uma educação de qualidade capacita-se a participar da totalidade de bens e serviços disponíveis na sociedade. A partir da instituição da Lei Federal 10.639/03, que altera a LDB 9394/96 em seus Artigos 26 e 79, tornando obrigatória a inclusão no currículo oficial da rede de ensino privada e pública o ensino da História e Cultura Afrobrasileira e instituindo o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”, a realidade social existente começa a mudar, mesmo que sendo a passos lentos, essa nova conquista torna-se um marco na luta dos movimentos negro, pois se acredita na contribuição da educação para a construção de uma nova sociedade onde prevaleça entre os povos uma democracia racial verdadeira.

É necessário que, na educação, a discussão teórica e conceptual sobre a questão racial esteja acompanhada da adoção de práticas concretas, ao tratar da temática racial. Alguns docentes usam de uma compreensão deturpada de autonomia para reproduzir e produzir práticas racistas. Por isso construir experiências de formação em que os professores possam vivenciar, analisar e propor estratégias de intervenção que tenham a valorização da cultural negra, são muito importante, pois eliminam as práticas racistas existente.

A escola precisa trabalhar a africanidade Brasileira que são presentes na nossa vida quando comemos feijoada, contamos e dançamos samba, fazemos capoeira, que

resultam de influências africanas, vindos escravizados para o Brasil, bem como de seus descendentes, que encontraram formas para sobreviver, para expressar e para construir a vida.

De acordo com Munanga (2005):

Se nossa sociedade é plural, étnica e culturalmente, desde os primórdios de sua invenção pela força colonial, só podemos construí-la democraticamente respeitando a diversidade do nosso povo, ou seja, as matrizes étnico-raciais que deram ao Brasil atual sua feição multicolor composto de índios, negros, orientais, brancos e mestiços. (MUNANGA, p.18, 2005)

As Africanidades Brasileiras vêm sendo elaboradas há muitos anos, na medida em que os africanos escravizados e seus descendentes, ao participar da construção da nação brasileira, vão deixando nos outros grupos étnicos, com que convivem, suas influências e, ao mesmo tempo, recebem e incorporam as destes. Portanto, estudar as Africanidades Brasileiras significa tomar conhecimento, observar, analisar um jeito peculiar de ver a vida, o mundo, o trabalho de conviver e de lutar pela dignidade própria, bem como pela de todos descendentes de africanos, mais ainda de todos que a sociedade marginaliza. Significa também conhecer e compreender os trabalhos e criatividade dos africanos e de seus descendentes no Brasil, e de situar tais produções na construção da nação brasileira.

#### **4. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA**

Escola Municipal do Ensino Fundamental Índio Piragibe, localizada na Rua Breatriz Mario de oliveira, S/N, mangabeira VII, tendo vínculo administrativo com a Prefeitura Municipal de João Pessoa e com os recursos advindos através de Sedec e Ministério da educação. Sua fundação foi em Março de 2000, na gestão do Prefeito Cícero Lucena e Secretario de Educação Neroaldo Pontes, recebeu esse nome em homenagem ao Cacique Marubixaba Índio Piragibe chefe da tribo Tabajara em 1585.

A instituição iniciou suas atividades em 2000, e sua inauguração oficial em 28 de junho. Atende crianças de 06 a 14 anos, além do público do EJA que funciona no turno da noite. O Fundamental funciona pela manhã e tarde, o EJA à noite. A escola também possui mais de 50 alunos com deficiência.

#### 4.1 Aspectos físicos da escola

A escola tem um espaço físico bem amplo, são muito importantes e serve como meio para auxiliar a docência, facilitando a aprendizagem, buscando mais significância e positividade. Esses ambientes visam auxiliar o educando a realizar uma aprendizagem mais eficiente, construindo um meio para facilitar, incentivar ou possibilitar o processo de ensino e aprendizagem.

<b>QUADRO 1 – ESTRUTURA FÍSICA DA ESCOLA</b>			
Diretoria	01	Secretaria	01
Cozinha	01	Quadra de Esporte	01
Sala da Supervisão	00	Sala de Vídeo	01
Sala de Orientação	01	Sala de Artes	01
Salas de Aula	10	Sala de Recursos Didáticos	01
Sala de Professores	01	Sala de recursos	01
Biblioteca	01	Laboratório de Informática	01

**Fonte:** Dados coletado no período 2013.2, 2013.

#### 4.2 Aspectos administrativos e funcionais da escola

Escola Municipal do Ensino Fundamental Índio Piragibe, ministra o Ensino Fundamental do 1º ano ao 5º ano pela manhã, 6º ano ao 9º ano pela tarde e o Ensino do EJA I, II e III no turno da noite. A gestão é representada por uma diretora e três adjuntas, uma para cada turno. Quanto à formação acadêmica dos professores, a maioria possui curso superior, alguns possuem especialização e mestrado.

A escola possui boas condições de conservação, adequadas para as atividades dos alunos. Os alunos têm acesso aos ambientes da biblioteca e informática, há ventiladores nas salas de aulas, ar condicionado na biblioteca e laboratório de informática.

A seguir algumas tabelas que mostram a quantidade de alunos, serviços oferecidos e quantidade de professores de que a escola é composta.

<b>QUADRO 2 - NÚMERO DE MATRÍCULA DOS ALUNOS POR TURMAS</b>	
1º ANO = 40 ALUNOS	8º ANO = 105 ALUNOS
2º ANO = 46 ALUNOS	9º ANO = 70 ALUNOS
3º ANO = 60 ALUNOS	ALFABETIZAÇÃO = 30 ALUNOS
4º ANO = 60 ALUNOS	CICLO I = 30 ALUNOS
5º ANO = 68 ALUNOS	CICLO II = 30 ALUNOS
6º ANO = 105 ALUNOS	CICLO III = 40 ALUNOS
7º ANO = 100 ALUNOS	CICLO IV = 40 ALUNOS

**Fonte:** Dados coletado no período 2013.2, 2013.

<b>QUADRO 3 - SERVIÇOS OFERECIDOS PELA ESCOLA E QUALIFICAÇÃO DO PROFISSIONAL</b>	
PSICOLOGIA – 01	GRADUAÇÃO
ASSISTENCIA SOCIAL – 01	ESPECIALIZAÇÃO
DIRETORA– 01	GRADUAÇÃO
ADJUNTAS - 02	ESPECIALIZAÇÃO/GRADUAÇÃO

**Fonte:** Dados coletado no período 2013.2, 2013.

Quanto à formação acadêmica dos gestores, encontramos pedagogo, orientador educacional, psicóloga e uma professora de artes. O número de funcionários existente na escola é de, aproximadamente, de 30 funcionários e no momento não tem coordenador.

#### **4.3 População atendida**

A situação sócio-econômico e cultural dos alunos é de classe C, D e E. O estilo de vida dele é simples, o nível de escolarização dos pais é misto, tanto existem com nível fundamental e médio, como analfabetos. A maioria da renda familiar é de um salário mínimo, e com atividades profissionais de doméstica, faxineiras, autônomos, funcionários de empresa privada ou pública.

A clientela da escola é composta por filhos de trabalhadores autônomos, funcionários públicos e funcionários de empresa privada, pais desempregados que não têm renda fixa para sobreviver. Há também empregadas domésticas, lavadeiras,

faxineiras, etc. Alguns pais têm curso superior e outros estão cursando; alguns têm o Ensino Médio; a maioria tem o ensino fundamental completo ou incompleto; também muitos são analfabetos. Uma parte do alunado não vive com os pais, alguns moram com parentes, ou seja, avós, tios, padrinhos.

<b>QUADRO 4 – MORADIA</b>			
Próprio Bairro	90%	Bairros Vizinhos	10%
Bairros Distantes	00%	Cidades Próximas	00%

**Fonte:** Dados coletado no período 2013.2, 2013.

#### **4.4 Aspectos pedagógicos da escola**

A escola busca a formação necessária ao desenvolvimento do indivíduo na sociedade. Promove o respeito à dignidade do ser humano, à formação política do educando, torna o homem um ser livre, criativo e transformado.

O marco teórico metodológico da escola é através de concepções de valores, através dos meios de comunicações sobre a violência, e o modelo de sociedade a qual estamos inseridas, baseada na competitividade resultados das ações por ela impostas, procuramos trabalhar as concepções de valores com a finalidade de sensibilizar a comunidade escolar e resgatar esses valores essenciais na vida do ser humano tais como: Éticos, Morais e Sociais.

A escola possui um Projeto Político Pedagógico (PPP), que esta sendo desenvolvido através de estímulo à participação e a corresponsabilidade da comunidade escolar no tocante às questões educacionais comuns a escola. Lá, são feitas pesquisas de mapeamento da realidade educacional, processo ensino aprendizagem, estrutura física, evasão, atividades confeccionadas pelos alunos, gincana, dramatização, poema, atividade relacionada ao projeto do Comitê anti-drogas, reunião de pais, atividade cultural (mostra cultural) e outros. O sistema de avaliação utilizada é através de provas, avaliação continuada tanto qualitativa e quantitativa. A escolha da direção da escola é por votação.

A filosofia tem sua fundamentação na transparência, no diálogo e no respeito à diversidade cultural e ideológica da comunidade escolar, tendo sempre em vista que há uma infinidade de formas de viver, de pensar e de agir, além de diferentes interesses e



ritmos individuais, visando sempre à inclusão e a participação efetiva de todo o processo educativo.

A abordagem pedagógica trabalhada na escola é dentro de uma concepção de educação humanista, objetivando uma prática educativa com ênfase no aprender a aprender, no saber pensar, no criar; e no construir conhecimentos, através da participação de conceitos e tendo os conteúdos como meio e não como fim.

Os princípios éticos culturais da escola se dão através do conhecimento já sistematizado, socializado, trabalhado, vinculado à realidade, proporcionando a ampliação das possibilidades culturais e fixando raízes na promoção da identidade do aluno.

A proposta metodológica esta contida no projeto político pedagógico da escola, reflete o cotidiano quando compreende o conjunto das ações sócio-políticas, técnicos e pedagógicos que diferem a proposta curricular com muita clareza de seus conteúdos e metodologias, partindo de fins e objetivo pré-estabelecidos. Para tanto, necessita de um tempo razoável de reflexão e ação para a consolidação de sua proposta.

O Projeto Político Pedagógico foi construído com participação dos diversos segmentos escolares. Planejamento mensal com direção, especialista e professores em reuniões quinzenais, com equipe de especialistas, dois encontros de formação com a equipe da secretaria de educação, quatro encontros de formação com a consultoria de diálogos e sistematização do PPP, ou seja, roda de discussão e debates sobre o tema.

A elaboração do Projeto Político Pedagógico foi uma construção coletiva e tem por objetivo sistematizar e dar visibilidade a prática pedagógica desenvolvida por todos que fazem parte da escola Índio Piragibe.

O currículo escolar é dinâmico e não uma mera simplificação do conhecimento científico, adequado à faixa etária das séries e interesse dos alunos. Daí, porque se promove, na escola, uma reflexão sobre o processo de produção do conhecimento escolar, uma vez que ele é, ao mesmo tempo, processo e produto, análise e compreensão sobre as questões curriculares. A escola considera alguns pontos importantes para produção do currículo: o currículo não é neutro e não pode ser separado do contexto social.

Os Projetos que a escola desenvolve são Educação Inclusiva e Projetos Educativos, que visam o apoio ao processo de ensino e aprendizagem e integração com a comunidade. A escola oferece os seguintes projetos/programas:

- PROGRAMA ESCOLA ABERTA;
- PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO;
- PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA;
- PROGRAMA PROEJA – FIC;
- PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ESCOLAR;
- PROJETOS PEDAGÓGICOS DA ESCOLA.

## **5. METODOLOGIA**

A investigação se caracterizou como uma Pesquisa de cunho Qualitativo. Nesse sentido, procuramos trabalhar a relação teoria e empiria, defendida por Silva (1995) e Munanga (2005), com a qual concordamos, que consiste em não distanciar-se das concepções articuladas da pesquisa bibliográfica, documental e de campo.

Os procedimentos metodológicos de coleta, organização e análise dos dados serão trabalhados, numa pista de mão dupla, ou seja, ao mesmo tempo em que serão coletados os dados, selecionamos, analisamos uma primeira versão de abordagem do objeto.

Para a realização deste estudo, portanto, utilizamos três dimensões para a coleta dos dados: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo.

### **5.1 Levantamento Bibliográfico:**

Constam, primeiramente, de produzir a revisão dos teóricos da sociologia, História e Educação que vem discutindo a temática, a exemplo de: Aragão (2009); Munanga (2005); Silva (2011); entre outros (as).

### **5.2 Levantamento Documental:**

Analisar e debater os marcos legais, através das legislações atuais referentes ao Programa Diversidade na Universidade; LDBN (9394/96) e suas recentes modificações, a Lei Federal 10.639/2003; Diretrizes Curriculares de implementações da Educação Etnicorracial, entre outros.

### **5.3 Pesquisa de Campo**

O questionário foi aplicado com docentes da Escola Municipal Índio Piragibe, que funciona no bairro Mangabeira VII, em João Pessoa/PB.

Concomitante as fases de coleta e análise dos dados foram aplicados:

- Questionários com professores;
- Sistematização e análise dos resultados;

Na análise dos dados, utilizamos conteúdos bibliográficos, para apresentar e discutir o resultado investigativo.

Devemos nos preocupar com as dimensões das diversidades que já existem na sociedade em que os indivíduos estão inseridos, valorizando a prática dos preceitos éticos que norteiam a escola e os educadores nas propostas que visam a superação do preconceito e da discriminação dos menos favorecidos historicamente. No entanto, apesar de existir uma diversidade de minorias sociais, compreendemos que a reparação histórica converge para os grupos que o Estado brasileiro omitiu-se de oportunizar o acesso de forma equânime, principalmente os afrobrasileiros.

A educação e etnia dos povos negros devem ser consideradas como contexto inserido em um longo processo de lutas e superações. No que diz respeito à educação desse povo, esta foi marcada por um grande desafio pedagógico, desafio este, embasado na superação dos preconceitos e na construção de uma pedagogia da diversidade, onde haja o respeito à cultura, à identidade, ao direito à educação e combate ao racismo. Isto porque é na escola que algumas crianças negras passam por preconceitos e discriminação por ter cor diferente, com isso, impossibilitando relações interpessoais.

De acordo com Aragão (2009)

A abrangência do racismo no Brasil nesse processo de exclusão histórica urge um conjunto de políticas, que vai além da implementação de cotas e, que devem fazer parte de um complexo pedagógico social, entendidas e defendidas, como *Ações Afirmativas* ou reparadoras (ARAGÃO, 2009, p. 229).

A Educação na sociedade contemporânea é um dos principais meios de mobilidade social, sendo assim quem tem um melhor acesso a uma educação de qualidade capacita-se a participar da totalidade de bens e serviços disponíveis na sociedade. No processo dessas conquistas, surge o reconhecimento e o respeito à diversidade etnicorracial no ensino, onde estes ficam descritos e decretados mediante a aprovação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que estabelecem a obrigatoriedade

do ensino da história e cultura afrobrasileira e indígena nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio, como também inclui no calendário escolar o dia 20 de Novembro, como Dia Nacional da Consciência Negra. Logo, fica incluso no currículo escolar o estudo sobre o contexto histórico e cultural da população negra e indígena.

A nova Legislação etnicorracial coloca a sociedade diante da responsabilidade de assumir a história do povo africano, estabelecendo a obrigatoriedade em todas as redes de ensino, público e particular, o estudo da temática "história e cultura afro-brasileira" na educação nacional. Além disso, a referida Lei também determina uma revisão dos currículos a fim de adequá-los às novas exigências, bem como a uma melhor qualificação dos professores e o seu constante aperfeiçoamento pedagógico.

Acreditamos numa educação que busque o encontro com a alteridade, com outro em sua diferença, na perspectiva do diálogo, na perspectiva do intercultural e que aponte o transcultural. Falamos de uma educação que privilegie as experiências vividas pelos alunos, a história de vida do sujeito em suas relações semióticas.

Os movimentos sociais vêm promovendo debates sobre a questão da diversidade e as diferenças culturais existentes em nosso país, já que a maior parte dos saberes que formam o povo brasileiro tem origens no legado das civilizações africanas, embora haja profundo desconhecimento e ausência da história africana no Brasil na educação de nível básico e também nos níveis superiores de Graduação e Pós-Graduação.

Segundo Silva (1995)

Os currículos, programas, materiais e rituais pedagógicos privilegiam os valores europeus em detrimento dos valores de outros grupos étnico-raciais presentes na sociedade. Os valores desses grupos são, na maioria das vezes, ocultados ou apresentados de uma forma tal que não coloque em conflito os valores dominantes. Em consequência, as populações excluídas, podem vir a privilegiar os valores da história e cultura oficial como os únicos a serem considerados, renegando os seus próprios valores, se o processo pedagógico, o seu cotidiano e a sua cultura, não favorecer-lhes oportunidades de reflexão e reelaboração. (SILVA, 1995, p. 16)

É baseado nesta desvalorização do estudo da história africana que o movimento negro aponta para a necessidade de diretrizes que orientem a formulação de projetos empenhados na valorização da história e cultura dos afrobrasileiros e africanos, assim

como uma articulação de uma educação comprometida positivamente com as relações etnicorraciais, tendo nos seus currículos conteúdos que reconheçam e valorizem a história e a cultura do afrodescendente, a diversidade da nação brasileira, ao igual direito a educação de qualidade que permita ao negro reconhecer-se na cultura nacional, expressando suas próprias visões de mundo, manifestando com autonomia seus pensamentos e desejos.

De acordo com Munanga(2005):

Alguns professores, por falta de preparo ou por preconceitos neles introjetados, não sabem lançar mão das situações flagrantes de discriminação no espaço escolar e na sala como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar seus alunos sobre a importância e a riqueza que ela traz á nossa cultura e á nossa identidade nacional.( MUNANGA, p. 15, 2005)

Muitos professores, infelizmente, ainda não estão preparados para lecionarem assuntos que dizem respeito à cultura africana, já que por muito tempo a narrativa desses povos foi contada de maneira diferente da realidade e na maioria das vezes estava vinculada apenas ao período da escravidão. Porém, é preciso começar a prepará-los a entenderem a verdadeira história desses povos e sua grande contribuição no processo de construção de nosso país, através de bons projetos pedagógicos, o que fará logo estes docentes estarem aptos para incorporar em suas salas de aulas estudos da cultura afrobrasileira.

Como afirma Silva (2001):

[...] A diferença pode ser bela e enriquecedora, que o diferente, o distinto étnico e outros não são desiguais, é fundamental na luta pela cidadania plena. É um grande passo para a conquista da auto-estima e cidadania dos descendentes de africanos que por possuírem a pele mais escura e os cabelos mais crespos, são denominados negros e são estigmatizados e excluídos (SILVA, 2001, p. 58)

É necessário cultivar uma postura de abertura ao novo para ser capaz de absorver mudanças e reconhecer a importância da identidade, levando em conta os valores culturais do aluno e respeitando a história de seu grupo étnico/social. Tornar a escola mais próxima da realidade sócio-cultural de seus alunos, levando em conta os valores

culturais locais numa perspectiva universal, com isso, formando cidadãos capazes de construir a sua própria história, num Brasil plural e verdadeiramente democrático.

#### 5.4 Sistematização do Questionário Aplicado com Professores/as

A pesquisa foi realizada por meio de questionário com 5 (cinco) professoras do ensino fundamental da escola municipal Índio Piragibe. Cada professora representou um ano das séries iniciais (1º, 2º, 3º, 4º e 5º ano) do ensino fundamental. O questionário tem a finalidade de saber se as professoras conheciam a Lei Federal 10.639/2003 que estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na rede de ensino pública e privada; quais são os materiais didáticos disponíveis na escola para ajudar na aplicação da Lei em sala de aula; de que forma estes recursos são utilizados; se a escola dispõe de livros didáticos sobre a história etnicorracial (africana e afrobrasileira); se já presenciou seus alunos em atitudes que refletem o preconceito racial; se preocupa em conscientizar seus alunos sobre a importância de respeitar e valorizar as diferentes raças formadoras da nação brasileira; se o livro didático é o único recurso que trabalha em sala de aula; qual a importância do livro didático na formação do aluno, de 0 a 10; se os conteúdos dos livros didáticos ajudam no combate ao racismo e entre outras, conforme na tabela abaixo.

<b>QUADRO 5: Questionário com as professoras da escola Índio Piragibe.</b>						
<b>Questionário</b>	<b>Professora 1</b>	<b>Professora 2</b>	<b>Professora 3</b>	<b>Professora 4</b>	<b>Professora 5</b>	<b>Porcentual %</b>
<b>1.VOCÊ CONHECE A LEI 10.639?</b>	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%
<b>2.SE SIM, VOCE APLICA A LEI 10.639 EM SALA DE AULA?</b>	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%
<b>3.QUAIS SÃO OS MATERIAIS DIDÁTICOS DISPONÍVEIS NA SUA ESCOLA QUE TE AJUDAM A APLICAR A LEI 10.639 EM SALA DE AULA?</b>	Livros, filmes e fantoches.	Livros e filmes.	Livros, filmes e revista.	Livros	Livros e filmes.	100% livros, 80% filmes, 20% fantoches e revista.

4. DE QUE FORMA ESTES RECURSOS SÃO UTILIZADOS, SE A ESCOLA DISPÕE DE LIVROS DIDÁTICOS SOBRE A HISTÓRIA ÉTNICO RACIAL (AFRICANA E AFROBRASILEIRA)?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%
5. JÁ PRESENCIOU SEUS ALUNOS EM ATITUDES QUE REFLETEM O PRECONCEITO RACIAL?	Sim	Sim	Não	Sim	Não	60% sim e 40% não
6. VOCÊ SE PREOCUPA EM CONSCIENTIZAR SEUS ALUNOS SOBRE A IMPORTANCIA DE RESPEITAR E VALORIZAR AS DIFERENTES RAÇAS FORMADORAS DA NAÇÃO BRASILEIRA?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%
7. VOCÊ ACHA IMPORTANTE A EXISTÊNCIA DE UMA LEI QUE OBRIGA OS EDUCADORES A ATRAVÉS DE CONTEÚDOS, AJUDAREM OS ALUNOS A VALORIZAREM AS TRADIÇÕES E AS CULTURAS AFRICANAS INTRODUZIDAS NO BRASIL?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%
8. O LIVRO DIDÁTICO É O ÚNICO RECURSO QUE VOCÊ TRABALHA EM SALA DE AULA?	Não	Não	Não	Não	Não	100%
9. QUAL A IMPORTÂNCIA DO LIVRO DIDÁTICO NA	7.0	-	8.0	8.0	7.0	7.5

FORMAÇÃO DO ALUNO, DE 0 A 10?						
10. OS CONTEÚDOS DOS LIVROS DIDÁTICOS AJUDAM NO COMBATE AO RACISMO?	Sim	Não	Não	Sim	Sim	60% sim e 40% não
11.VOCÊ JÁ NOTOU ALGUNS CONTEÚDOS OU FIGURAS CONTIDAS NOS LIVROS DIDÁTICOS PRECONCEITUOSO?	Não	Sim	Não	Não	Não	80% não e 20% sim
12.VOCÊ SE CONSIDERA UMA PESSOA PRECONCEITUOSA?	Prefiro não responder	Não	Não	Não	Não	80% não e 20% preferiu não responder.
13. EM RELAÇÃO À SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA, DE QUE FORMA EM SALA DE AULA TRABALHA COM SEUS ALUNOS ESTE TEMA:	Leituras e fantoches	Leitura, filmes	Leitura e pesquisa em grupo.	Pesquisa e filmes	Pesquisa	60% pesquisa, 60% leituras, 40% filmes e 20% fantoches.

**Fonte:** Dados coletados no período 2013.2, 2013.

Verificamos que todas as professoras sabem da existência da Lei 10.639/2003, que torna obrigatória a inclusão no currículo oficial da rede de ensino privada e pública o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e institui o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”. Na medida do possível aplicam a lei através de leituras, filmes, fantoches e revistas que são fornecidos pela escola. Esses recursos auxiliam na implementação da cultura afrobrasileira. Este trabalho é necessário para auxiliar nas questões da diversidade do nosso Brasil, para não haver mais tanto preconceito racial, observando que a melhor forma de combate é conscientizando os alunos a respeitar e



valorizar as diferentes raças do nosso país, já que algumas professoras presenciaram atitudes preconceituosas entre os alunos.

As professoras não usam o livro como único recurso didático e deram nota equivalente 7.5 na importância do livro na formação do aluno. O que podemos lembrar é que livro didático para algumas crianças é o único meio de leitura, de busca informações e de reconhecer sua origem. Por isso, que existe a necessidade de uma representação do negro no livro que venha respeitar seus aspectos físicos, que tenha nome próprio, que não seja ilustrado em funções subalternas e seu estado social seja igual aos dos brancos, sem inferioridade, relatada por uma professora que notou no livro, figura preconceituosa. Portanto, essa mudança ajudará no combate ao racismo com afirma algumas professoras entrevistadas. Para Silva (1995) também o livro didático é meio de dispersão de preconceitos.

Segundo a autora:

(...) no livro didático a humanidade e a cidadania, na maioria das vezes, são representadas pelo homem branco e de classe média. A mulher, o negro, os povos indígenas, entre outros, são descritos pela cor da pele ou pelo gênero, para registrar sua existência. (SILVA, p. 21, 1995)

Na Semana da Consciência Negra as professoras fazem pesquisas, apresentações, leituras e passa filmes para conscientizar a importância da Cultura Africana e Afrobrasileira. Vale salientar, que esse procedimento deve ser adotado no ano letivo, trabalhando a história das revoltas, de Zumbi dos Palmares, do Guerreiro Ramos, os quilombos, e também sobre a luta das organizações negras, que hoje, no Brasil, é bastante importante, como afirma Munanga:

A Lei, o espírito da Lei foi muito bom. Principalmente pelo fato de ensinar aos brasileiros a história dos negros, começando com a história da África, para saírem dessa visão eurocêntrica da história do Brasil. É uma conquista do movimento negro, porque ela não caiu do céu. Precisou-se de um governo mais sensível para poder atender a essa reivindicação. Mas a Lei tem problemas para seu pleno funcionamento, porque tem resistência. Resistência de algumas escolas, de educadoras/es, que acham que a Lei está criando falsos problemas, pois consideram que o Brasil é um país mestiço, não se trata da cultura do negro no Brasil, não se trata da cultura da África. Tem essa questão da resistência, que explica porque a Lei não está funcionando. O outro problema é que é necessária a formação continuada dos educadores. Os educadores, professores, foram formados nessa educação eurocêntrica. Foram formados por uma sociedade racista. Então, é preciso transformar a cabeça dos

educadores, através de uma outra educação, para que a Lei possa funcionar.

Só assim, os alunos vêm entender e se identificar com sua raça e cultura, respeitando as demais. Espera-se que após essas mudanças possa surgir uma nova sociedade onde prevaleça, entre os povos, uma democracia racial plena e verdadeira.

### 5.5 Análise de Livro Didáticos

Analizamos também dois livros que os alunos do 5º ano estão utilizando em sala de aula, das disciplinas de Português e Matemática, por que são os livros usados diariamente pelos alunos e eles tem mais contato. Então, investigamos como esta sendo a representação social do negro nos textos e ilustrações. O primeiro livro foi de Português e depois matemática.

**Livro:** *Hoje é dia de Português*, 5º ano, Editora Positivo. 2º edição. Curitiba. 2011.

**Autora:** Samira Campedelli.

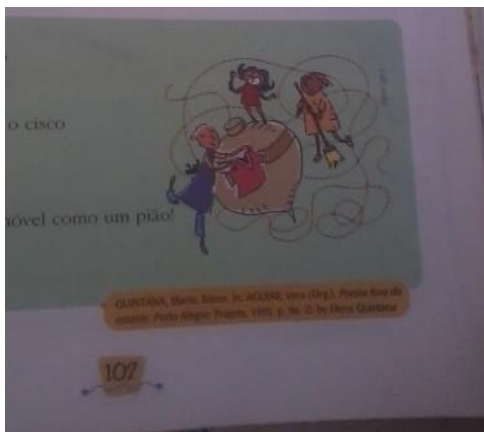
**Ilustrações:** Agueda Hom, Beatriz Rohrig, Carina stalchmidt, Daniel cabral, Fábio Sgoi, theo Cordeiro.

O livro é ilustrado e colorido, constituído de textos verbais e não-verbais, com conteúdos de história em quadrinhos, fábulas, contos, poemas, notícias, etc. A maioria dos personagens foi ilustrado branco e os personagens negros aparecem nas seguintes situações: o livro na página 23 mostra um texto em shimbun sobre a língua, com fotos de três atletas praticando atividades esportivas e um dos três é negro. Já na página 160 mostra uma reportagem do jornal do Estado de Minas (Localizado no estado de Minas Gerais) com foto uma principal que é de Daiana dos Santos, atleta da ginástica artista, e de jogadores negros do basquete, contribuindo positivamente na autoestima da criança. No livro algumas crianças negras mantêm interação com outras crianças brancas, a criança negra tem status econômico de classe média, têm lugar de destaque na ilustração. Já na página 47, existe uma criança negra utilizando um computador e informando sobre a era da comunicação. Contêm também, no livro, uma pintura do artista Alberto da Veiga Guignard, que mostra um casal de reis negros com o título *os noivos*, sem nenhuma caricatura e sem funções subalternas.

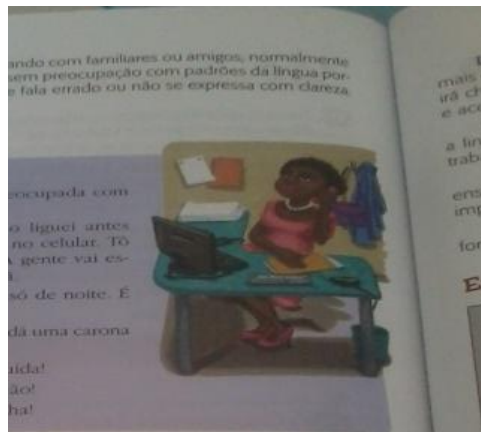
Mas, em algumas situações o negro está em minoria no grupo. Na página 107 também têm uma ilustração onde uma das crianças está extremamente caricaturada, com nariz enorme, que toma conta do seu rosto, segurando uma vassoura e com um lenço

vermelho na cabeça (qualquer associação com o Saci-Pererê, que foi por década atrás representado com feições diabólicas, fazendo más ações, é mera coincidência), onde seus colegas brancos estão um segurando uma escova de dente e sorrindo; e o outro está segurando uma camisa, ambos sem caricaturas. É na página 174 que também têm uma ilustração de uma senhora com lábio enorme pintado de vermelho.

**Figura 3- Criança caricaturada**



**Figura 4 – Mulher caricaturada**



**Fonte:** Livro *Hoje é dia de Português*, 5º ano **Fonte:** Livro *Hoje é dia de Português*, 5º ano

Podemos observar que várias mudanças foram feitas para melhorar a representação do negro no livro didático, mas não devemos fechar os olhos para as poucas, mas significantes ilustrações e textos preconceituosos que vêm auxiliando nas várias formas de discriminações.

Os personagens brancos foram ilustrados com 237 frequências e o negro com 73, onde notamos que o negro ainda é minoria na maior parte das ilustrações do livro.

**Livro:** *Hoje é dia de Matemática*. 5º ano, Editora Positivo. 2º edição. Curitiba. 2011.

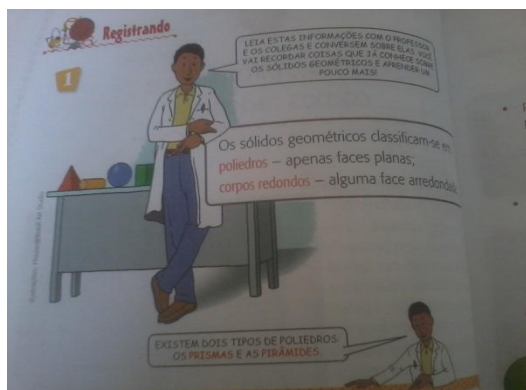
**Autora:** Carla Cristina Tosatto, Claudio Miriam Tosatto, Edilaine do Pilar F. Pedracchi.

**Ilustrações:** Circus Projetos Criativos, House@Brasil Art Studio, José Luís Juhas, Sônia Horn

O livro é constituindo de muitos exercícios, construídos a partir de pequenos textos que giram em torno de noções matemática com poucas intervenções dos personagens. A capa vem ilustração com cavalo, borboletas e uma coruja feita de origami. As personagens negras têm características físicas semelhantes aos brancos e desempenham a mesma função e papéis da pessoa branca. Todos estão brincando dividindo o mesmo espaço e participam das conversas com colegas de sala e alguns com status de classe média.

O livro quando ilustrou na página 245 uma sala de aula com 100 alunos para resolução de um exercício, ficou evidente a minoria de alunos negros, onde a maioria dos alunos era branca.

**Figura 5-Semelhança física igual a do branco**      **Figura 6-Minoria de alunos negros**



**Fonte:** Livro *Hoje é dia de Matemática*. 5º ano      **Fonte:** Livro *Hoje é dia de Matemática*. 5º ano

Os personagens foram ilustrados brancos 345 vezes e os negros 160 vezes. O que podemos constatar que algumas melhorias aconteceram em relação à representação do negro no livro didático, mas ainda existe uma falta de equilíbrio nas representações entre o negro e o branco. É preciso que não tenha mais os estereótipos especificamente nos livros didáticos, para que isso não venha promover a exclusão, a autorejeição e a baixa autoestima do aluno negro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta investigação percebemos que para efetivar a legislação etnicorracial (Lei e Diretrizes), não é tarefa só dos professores, mas sim de toda a escola, de todas as disciplinas, não apenas com um projeto, em datas comemorativas, mas sim em todo o decorrer do ano letivo, pois é preciso que se recupere o orgulho de ser negro, de se buscar uma pedagogia de autoestima. Devem os professores, ao tratar a História da África e da presença negra no Brasil, fazer abordagens positivas, claro que não deixando de mostrar todo o sofrimento dos negros, mas principalmente salientando as várias lutas de resistência empreendidas por eles.

Notamos que lei está sendo aplicada na escola pesquisada. Constatamos algumas formas de preconceitos entre os alunos, mas todo o ambiente escolar está lutando para inverter essa situação que causa tanto conflitos na escola.

Infelizmente, a representação do negro no livro didático ainda é inferior ao do branco, estereotipada, caricaturada e isso tudo, vêm promovendo a exclusão, autorejeição e a baixa autoestima da criança negra ao ver sua cor sendo representada de forma pejorativa.

Por isso, faz-se necessário uma maior aproximação das escolas com o Movimento Negro, que já possui uma larga experiência nesse trabalho de reconstrução e reposição do processo histórico-cultural dos afro-descendentes na educação, possibilitando a inserção, nos currículos de muitas escolas brasileiras, da tradição cultural e histórica desse povo.

Através da luta do movimento negro pelo o direito a igualdade racial, por educação de qualidade, as ações afirmativas que implementam o ensino da cultura Africana e Afrobrasileira vêm mudando a mentalidade das pessoas e combatendo a discriminação na escola.

Com base em tudo que foi diagnosticado, vemos a necessidade em estudos posteriores de investigarmos mais sobre a temática, de pesquisar como está sendo elaborada a História da África e Afrobrasileira, como os outros livros das demais disciplinas e livros infantis estão representando os negros nos seus textos e ilustrações. E é através desse estudo que reforçaremos novamente a importância de combate ao racismo, conscientizando da diversidade do nosso Brasil e ressaltando que cada ser

humano, independente da sua cor, carrega consigo traços culturais de suas ancestralidades. Portanto, temos que respeitar e ver com bons olhos essa cultura que faz parte de nós. E que muitas vezes discriminamos. Temos que ser conscientes, de que todos nós somos iguais, independentes da cor.

## REFERÊNCIAS

ARAÇÃO, Wilson Honorato. **A defesa das Cotas na Reparação e inclusão Social.** In.: RICHARDSON, R. J. (Org.) **Exclusão, Inclusão e Diversidade.** João Pessoa, PB. Editora Universitária/UFPB, 2009.

BRASIL, **relatório do Comitê Nacional para a Preparação Brasileira na III Conferência Mundial das Nações Unidas Contra o racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância correlata.** Brasília, 2001.

BRASIL, Lei Federal nº 10.639/03, de 09/01/2003. **Estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afrobrasileira no currículo da rede de ensino no Brasil.** Brasília. Gráfica do senado, 2003.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20/12/1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União.** Brasília. Gráfica do senado, 1995.

BRASIL, Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual.** Brasília, MEC/SEF. 1997.

BRASIL, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. **Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade racial.** Seppir/PR. Brasília. 2011.

BRASIL, **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e cultura Afrobrasileira e Africana. Conselho Nacional de Educação.** Opinião técnica nº CNE/CP 003/2004. Colegiado: CP aprovado em 03/10/2004. MEC/UNESCO.

CAMPEDELLI, Samira. *Hoje é dia de Português*, 5º ano, Editora Positivo. 2º edição. Curitiba. 2011.

\_\_\_\_ **Introdução aos Estudos Africanos: primeiros passos.** Nêgo, Salvador: MNU n. 14, p. 9, abr. 1988c.

GOMES, Nilma Lino. **educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade.** In: CAVALLEIRO, Eliane Jorg / **Racismo e Anti-racismo na Educação: Repensando nossa escola.** São Paulo: Summus, 2001.

LOPES, Véra Neusa. **Racismo, Preconceito e discriminação**. In.: BRASIL.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOSCOVICI, S. **On social representations**. In: Forgas, J.P. (ed). **Social Cognition: perspectives on every understanding**. London: Academic Press, 1981 (p. 181-209). Trad. Célia Mª Nascimento Schulze. Núcleo de Psicologia Social- UFSC, 1985.

MUNANGA, Kabengele; Gomes, Nilma Lino. **O negro no Brasil de Hoje**. São Paulo: Global, 2004. Coleção para Entender.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. 2º edição revisado. Brasília. Ministério de Educação/MEC, Secretaria de Educação, Alfabetização e Diversidade/SECAD. 2005.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Tem gente obtendo vantagens com o debate da questão racial**. In: Costa, Haraldo. Fala Crioulo. Rio de Janeiro: Record, 1982. p. 194 – 198./

SÀ, Celmo Pereira de. **Núcleo central das representações sociais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

SILVA. P.B.G. e. **Africanidades Brasileiras: Como valorizar Raízes Afro nas Propostas Pedagógicas**. Revista do Professor. Porto Alegre. V11, n. 44 p. 29 – 30. 1995.

SILVA, Ana Célia da. **Apresentação social do negro no livro didático: o que mudou? Por que mudou?** / Salvador; Edufba, 2011.

TOSATTO, Carla Cristina. TOSATTO, Claudio Miriam. PEDRACCHI, Edilaine do Pilar F. **Hoje é dia de Matemática**. 5º ano, Editora Positivo. 2º edição. Curitiba. 2011. **Vista a minha pele**. Diretor Joel Lito Araújo. Distribuído por CEERT. Brasil. 2003.

\_\_\_\_\_. [WWW.geledes.org.br/areas-de-atuacao/educacao/dossie-monteiro-lobato/18163-o-dia-do-livro-infantil-monteiro-lobato-e-o-racismo](http://WWW.geledes.org.br/areas-de-atuacao/educacao/dossie-monteiro-lobato/18163-o-dia-do-livro-infantil-monteiro-lobato-e-o-racismo). Acesso em 20 de janeiro de 2014.

\_\_\_\_\_. WWW. hqmaniacs.uol.com.br/principal.asp?acao=materias&cod\_materia=297. Acessado em 20 de Janeiro de 2014.



\_\_\_\_\_ [WWW.revistaforum.com.br/blog/2012/02/nosso-racismo-e-um-crime-perfeito/](http://WWW.revistaforum.com.br/blog/2012/02/nosso-racismo-e-um-crime-perfeito/).

Acessado em 23 de Fevereiro de 2014.

# APÊNDICES

### **QUESTIONÁRIO (PROFESSOR)**

1. VOCÊ CONHECE A LEI 10.639?

(   ) SIM                      (   ) NÃO

2. SE SIM, VOCÊ APLICA A LEI 10.639 EM SALA DE AULA?

(   ) SIM                      (   ) NÃO

3. QUAIS SÃO OS MATERIAIS DIDÁTICOS DISPONÍVEIS NA SUA ESCOLA QUE TE AJUDAM A APLICAR A LEI 10.639 EM SALA DE AULA?

(   ) LIVROS      (   ) FILMES      (   ) FANTOCHES      (   ) REVISTAS

DE QUE FORMA ESTES RECURSOS SÃO UTILIZADOS:

---

---

---

---

4. SE A ESCOLA DISPÕE DE LIVROS DIDÁTICOS SOBRE A HISTÓRIA ÉTNICO RACIAL (AFRICANA E AFROBRASILEIRA)?

(   ) SIM                      (   ) NÃO

5. JÁ PRESENCIOU SEUS ALUNOS EM ATITUDES QUE REFLETEM O PRECONCEITO RACIAL?

(   ) SIM                      (   ) NÃO

6. VOCÊ SE PREOCUPA EM CONSCIENTIZAR SEUS ALUNOS SOBRE A IMPORTANCIA DE RESPEITAR E VALORIZAR AS DIFERENTES RAÇAS FORMADORAS DA NAÇÃO BRASILEIRA?

(   ) SIM                      (   ) NÃO

7. VOCÊ ACHA IMPORTANTE A EXISTÊNCIA DE UMA LEI QUE OBRIGA OS EDUCADORES A ATRAVÉS DE CONTEÚDOS, AJUDAREM OS ALUNOS A VALORIZAREM AS TRADIÇÕES E AS CULTURAS AFRICANAS INTRODUZIDAS NO BRASIL?

(    ) SIM                      (    ) NÃO

8. O LIVRO DIDÁTICO É O ÚNICO RECURSO QUE VOCÊ TRABALHA EM SALA DE AULA?

(    ) SIM                      (    ) NÃO

9. QUAL A IMPORTANCIA DO LIVRO DIDATICO NA FORMAÇÃO DO ALUNO, DE 0 A 10? \_\_\_\_\_

10. OS CONTEÚDOS DOS LIVROS DIDÁTICOS AJUDAM NO COMBATE AO RACISMO?

(    ) SIM                      (    ) NÃO

11. VOCÊ JÁ NOTOU ALGUNS CONTEÚDOS OU FIGURAS CONTIDAS NOS LIVROS DIDÁTICOS PRECONCEITUOSO?

(    ) SIM                      (    ) NÃO

SE SIM, COMENTE:

---

---

---

---

12. VOCÊ SE CONSIDERA UMA PESSOA PRECONCEITUOSA?

(    ) SIM                      (    ) NÃO                      (    ) PREFIRO NÃO RESPONDER.

13. EM RELAÇÃO À SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA, DE QUE FORMA EM SALA DE AULA TRABALHA COM SEUS ALUNOS ESTE TEMA:

---

---

---

**ANEXOS**

## QUADRO 1 – LEI 12.288 DE 20 JULHO DE 2010

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

### Seção II

#### Da Educação

Art. 11. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, é obrigatório o estudo da história geral da África e da história da população negra no Brasil, observado o disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 1º Os conteúdos referentes à história da população negra no Brasil serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, resgatando sua contribuição decisiva para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do País.

§ 2º O órgão competente do Poder Executivo fomentará a formação inicial e continuada de professores e a elaboração de material didático específico para o cumprimento do disposto no **caput** deste artigo.

§ 3º Nas datas comemorativas de caráter cívico, os órgãos responsáveis pela educação incentivarão a participação de intelectuais e representantes do movimento negro para debater com os estudantes suas vivências relativas ao tema em comemoração.

Art. 12. Os órgãos federais, distritais e estaduais de fomento à pesquisa e à pós-graduação poderão criar incentivos a pesquisas e a programas de estudo voltados para temas referentes às relações étnicas, aos quilombos e às questões pertinentes à população negra.

Art. 13. O Poder Executivo federal, por meio dos órgãos competentes, incentivará as instituições de ensino superior públicas e privadas, sem prejuízo da legislação em vigor, a:

I - resguardar os princípios da ética em pesquisa e apoiar grupos, núcleos e centros de pesquisa, nos diversos programas de pós-graduação que desenvolvam temáticas de

interesse da população negra;

II - incorporar nas matrizes curriculares dos cursos de formação de professores temas que incluam valores concernentes à pluralidade étnica e cultural da sociedade brasileira;

III - desenvolver programas de extensão universitária destinados a aproximar jovens negros de tecnologias avançadas, assegurado o princípio da proporcionalidade de gênero entre os beneficiários;

IV - estabelecer programas de cooperação técnica, nos estabelecimentos de ensino públicos, privados e comunitários, com as escolas de educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e ensino técnico, para a formação docente baseada em princípios de equidade, de tolerância e de respeito às diferenças étnicas.

Art. 14. O poder público estimulará e apoiará ações socioeducacionais realizadas por entidades do movimento negro que desenvolvam atividades voltadas para a inclusão social, mediante cooperação técnica, intercâmbios, convênios e incentivos, entre outros mecanismos.

Art. 15. O poder público adotará programas de ação afirmativa.

Art. 16. O Poder Executivo federal, por meio dos órgãos responsáveis pelas políticas de promoção da igualdade e de educação, acompanhará e avaliará os programas de que trata esta Seção.

**Fonte:** BRASIL, 2003.

## **QUADRO 2 – DIRETRIZES CURRICULARES DE 2004**

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004.

Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana..

O Presidente do Conselho Nacional de Educação, tendo em vista o disposto no art. 9º, § 2º, alínea “c”, da Lei nº 9.131, publicada em 25 de novembro de 1995, e com fundamentação no Parecer CNE/CP 3/2004, de 10 de março de 2004, homologado pelo Ministro da Educação em 19 de maio de 2004, e que a este se integra, resolve:

Art. 1º A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem observadas pelas Instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da Educação Brasileira e, em especial, por Instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores.

§ 1º As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004.

§ 2º O cumprimento das referidas Diretrizes Curriculares, por parte das instituições de ensino, será considerado na avaliação das condições de funcionamento do estabelecimento.

Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas constituem-se de orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação, e têm por meta, promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática.

§ 1º A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.

§ 2º O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, européias, asiáticas.

§ 3º Caberá aos conselhos de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios desenvolver as Diretrizes Curriculares Nacionais instituídas por esta



Resolução, dentro do regime de colaboração e da autonomia de entes federativos e seus respectivos sistemas.

Art. 3º A Educação das Relações Étnico-Raciais e o estudo de História e Cultura Afro- Brasileira, e História e Cultura Africana será desenvolvida por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas Instituições de ensino e seus professores, com o apoio e supervisão dos sistemas de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas, atendidas as indicações, recomendações e diretrizes explicitadas no Parecer CNE/CP 003/2004.

§ 1º Os sistemas de ensino e as entidades mantenedoras incentivarão e criarão condições materiais e financeiras, assim como proverão as escolas, professores e alunos, de material bibliográfico e de outros materiais didáticos necessários para a educação tratada no “caput” deste artigo.

§ 2º As coordenações pedagógicas promoverão o aprofundamento de estudos, para que os professores concebam e desenvolvam unidades de estudos, projetos e programas, abrangendo os diferentes componentes curriculares.

§ 3º O ensino sistemático de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, nos termos da Lei 10639/2003, refere-se, em especial, aos componentes curriculares de Educação Artística, Literatura e História do Brasil.

§ 4º Os sistemas de ensino incentivarão pesquisas sobre processos educativos orientados por valores, visões de mundo, conhecimentos afro-brasileiros, ao lado de pesquisas de mesma natureza junto aos povos indígenas, com o objetivo de ampliação e fortalecimento de bases teóricas para a educação brasileira.

Art. 4º Os sistemas e os estabelecimentos de ensino poderão estabelecer canais de comunicação com grupos do Movimento Negro, grupos culturais negros, instituições formadoras de professores, núcleos de estudos e pesquisas, como os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, com a finalidade de buscar subsídios e trocar experiências para planos institucionais, planos pedagógicos e projetos de ensino.

Art. 5º Os sistemas de ensino tomarão providências no sentido de garantir o direito de alunos afro descendentes de frequentarem estabelecimentos de ensino de qualidade, que contenham instalações e equipamentos sólidos e atualizados, em cursos ministrados por professores competentes no domínio de conteúdos de ensino e comprometidos com a educação de negros e não negros, sendo capazes de corrigir posturas, atitudes, palavras que impliquem desrespeito e discriminação.

Art. 6º Os órgãos colegiados dos estabelecimentos de ensino, em suas

finalidades, responsabilidades e tarefas, incluirão o previsto o exame e encaminhamento de solução para situações de discriminação, buscando-se criar situações educativas para o reconhecimento, valorização e respeito da diversidade.

§ Único: Os casos que caracterizem racismo serão tratados como crimes imprescritíveis e inafiançáveis, conforme prevê o Art. 5º, XLII da Constituição Federal de 1988.

Art. 7º Os sistemas de ensino orientarão e supervisionarão a elaboração e edição de livros e outros materiais didáticos, em atendimento ao disposto no Parecer CNE/CP 003/2004.

Art. 8º Os sistemas de ensino promoverão ampla divulgação do Parecer CNE/CP 003/2004 e dessa Resolução, em atividades periódicas, com a participação das redes das escolas públicas e privadas, de exposição, avaliação e divulgação dos êxitos e dificuldades do ensino e aprendizagens de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e da Educação das Relações Étnico-Raciais.

§ 1º Os resultados obtidos com as atividades mencionadas no caput deste artigo serão comunicados de forma detalhada ao Ministério da Educação, à Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, ao Conselho Nacional de Educação e aos respectivos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, para que encaminhem providências, que forem requeridas.

Art. 9º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Fonte: BRASIL, 2004.**

### **QUADRO 3 – LDBN (9394/96)**

#### **TÍTULO I**

##### **Da Educação**

**Art. 1º.** A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

**§ 1º.** Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

**§ 2º.** A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

### **Seção III**

#### **Do Ensino Fundamental**

**Art. 32º.** O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

**I** - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

**II** - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

**III** - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

**IV** - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

**§ 1º.** É facultado aos sistemas de ensino desdobrar o ensino fundamental em ciclos.

**§ 2º.** Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino.

**§ 3º.** O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

**§ 4º.** O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.

**Art. 33º.** O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter:

**I** - confessional, de acordo com a opção religiosa do aluno ou do seu responsável, ministrado por professores ou orientadores religiosos preparados e credenciados pelas respectivas igrejas ou entidades religiosas; ou

**II** - interconfessional, resultante de acordo entre as diversas entidades religiosas, que se responsabilizarão pela elaboração do respectivo programa.

**Art. 34º.** A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas

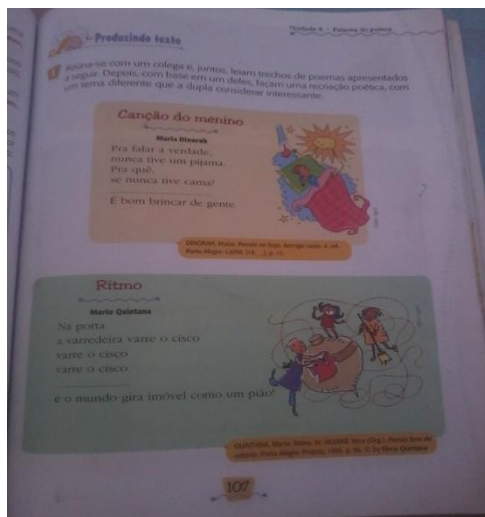
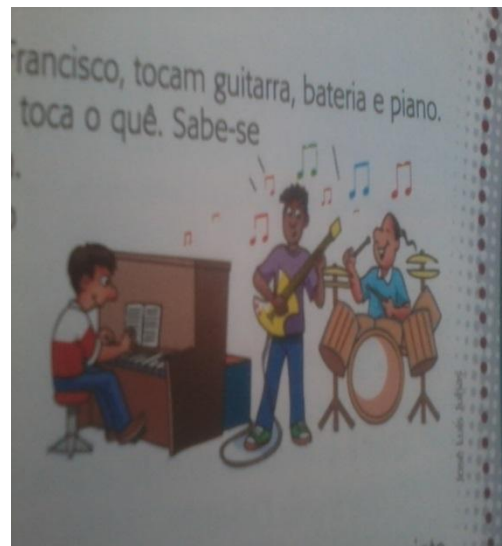
de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

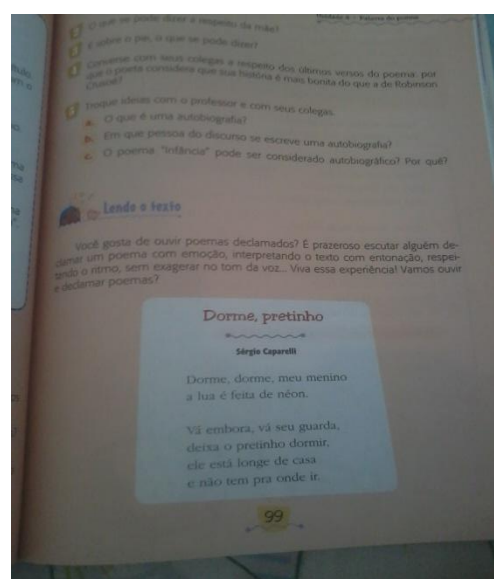
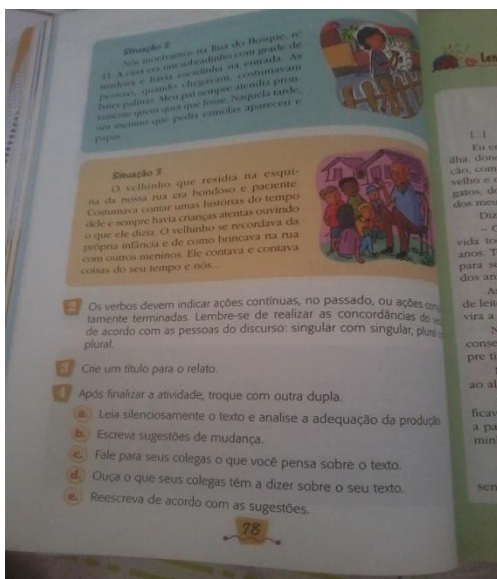
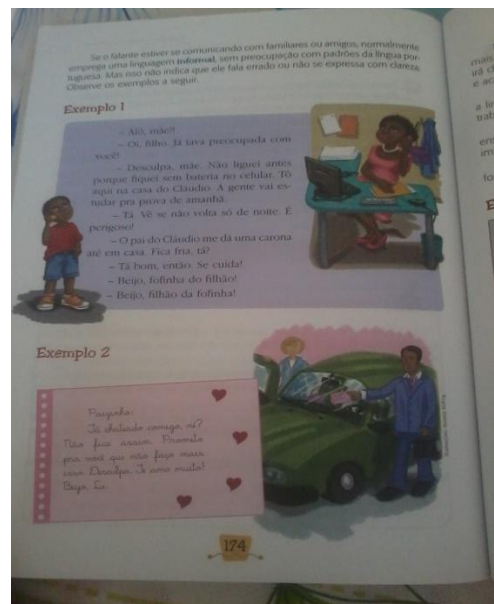
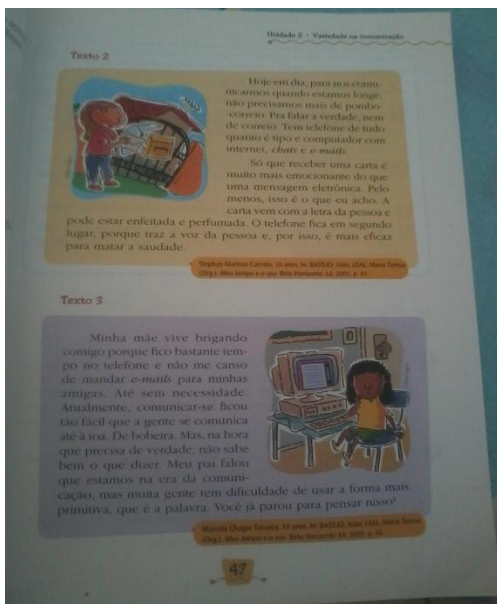
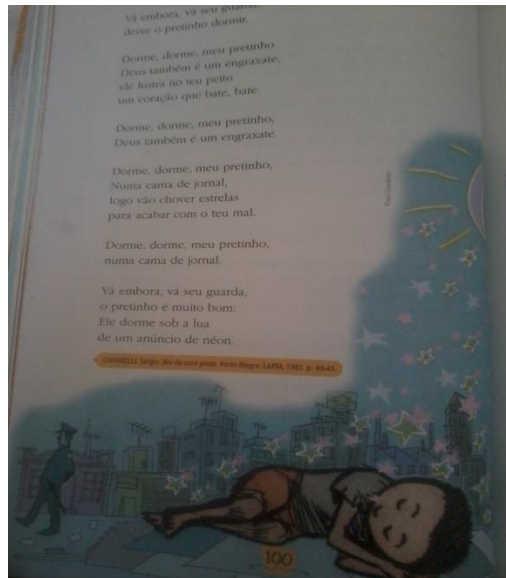
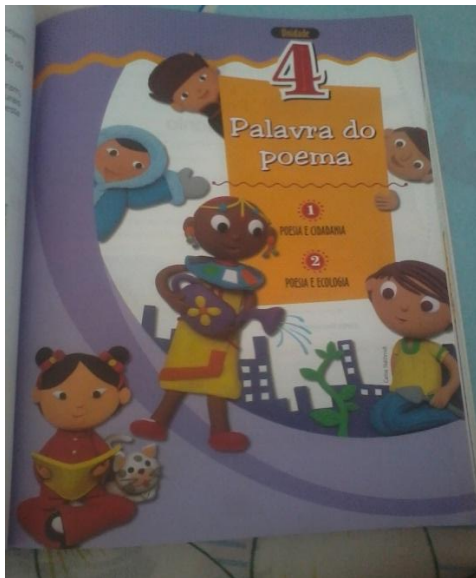
§ 1º. São ressalvados os casos do ensino noturno e das formas alternativas de organização autorizadas nesta Lei.

§ 2º. O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

Fonte: BRASIL, 1996.

## 1. FOTOS DOS LIVROS: HOJE É DIA DE PORTUGUÊS E HOJE É DIA DE MATEMÁTICA DA EDITORA POSITIVO.







Unidade 1 - As linguagens que nos rodeiam

### Compreendendo a escrita

Você já sabe que, na comunicação diária, podemos empregar ao mesmo tempo a linguagem verbal e a não verbal. Por exemplo, na escola, o professor utiliza palavras, gestos e movimentos para dar aula.



Como estas mensagens significam?



placa 1




placa 2

O que é necessário para a compreensão de um código? Troque ideias com os colegas e seu professor.

21

Unidade 2 - Variedade na comunicação

### Texto 2




Hoje em dia, para nos comunicarmos quando estamos longe, não precisamos mais de ponteiros e correios. Pra falar a verdade, nem de correios. Tem telefone de tudo quanto é tipo e computador com internet, chat e e-mail.

Só que receber uma carta é muito mais emocionante do que uma mensagem eletrônica. Pelo menos, isso é o que eu acho. A carta vem com a letra da pessoa e pode estar enfeitada e perfumada. O telefone fica em segundo lugar, porque traz a voz da pessoa e, por isso, é mais eficaz para matar a saudade.

Stephen Morrell Cortez. In: SILVA, João LUIZ. Nova Escola. São Paulo: Editora da UNESP, 2005, p. 21.

### Texto 3

Minha mãe vive brigando comigo porque fico bastante tempo no telefone e não me canso de mandar e-mail para minhas amigas. Até sem necessidade. Atualmente, comunicar-se ficou tão fácil que a gente se comunica até à toa. De bobeira. Mas, na hora que precisa de verdade, não sabe bem o que dizer. Meu pai falou que estamos na era da comunicação, mas muita gente tem dificuldade de usar a forma mais primitiva, que é a palavra. Você já parou para pensar nisso?




Isabelle Chagas Teixeira. In: SILVA, João LUIZ. Nova Escola. São Paulo: Editora da UNESP, 2005, p. 21.

47

Unidade 1 - As linguagens que nos rodeiam

### Verifique, com seus colegas, se é possível compreender tudo o que está escrito nesta página de jornal.



SÃO PAULO - SHIMBUN, 6 mar. 2007

a. Você sabe que sistema de sinais é esse?

b. Você compreende tudo o que está escrito? Por quê?

c. A língua na qual nos expressamos, para falar e para escrever, é um conjunto de sinais — as palavras. É o nosso código linguístico, o mais importante meio de comunicação de que dispomos.

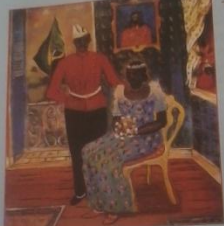
d. Por que falamos a língua portuguesa e não uma outra, como a língua tupi?

e. Além de conhecer o vocabulário da língua, o que mais é necessário para se expressar nela?


23

### Produzindo texto

Reúna-se a um grupo e aprecie as telas pintadas pelo artista Alva Veiga Guignard, reproduzidas a seguir:




GUIGNARD, Alva. In: SILVA, João LUIZ. Nova Escola. São Paulo: Editora da UNESP, 2005, p. 21.



GUIGNARD, Alva. In: SILVA, João LUIZ. Nova Escola. São Paulo: Editora da UNESP, 2005, p. 21.

53

Francisco, tocam guitarra, bateria e piano. toca o quê. Sabe-se



107

Unidade 4 - Palavras do gênero


### Produzindo texto

Reúna-se com um colega e, juntos, leiam trechos de poemas apresentados a seguir. Depois, com base em um deles, façam uma recriação poética, com um tema diferente que a dupla considerar interessante.

#### Canção do menino

**Maria Dinah**

Pra falar a verdade,  
nunca tive um pijama.  
Pra quê,  
se nunca tive cama?  
É bom brincar de gente.




DINAH, Maria. In: SILVA, João LUIZ. Nova Escola. São Paulo: Editora da UNESP, 2005, p. 21.

#### Ritmo

**Mário Quintana**

Na porta  
a varredeira varre o cisco  
varre o cisco  
varre o cisco  
e o mundo gira imóvel como um pião!



QUINTANA, Mário. In: SILVA, João LUIZ. Nova Escola. São Paulo: Editora da UNESP, 2005, p. 21.

107

